



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE

Departamento de Economia - ECO

LORENA DOS SANTOS RODRIGUES

**Potenciais Contribuições da Economia Comportamental
para Redução da Evasão e Abandono Escolar**

MONOGRAFIA

**Brasília
2018**

LORENA DOS SANTOS RODRIGUES

**Potenciais Contribuições da Economia Comportamental
para Redução da Evasão e Abandono Escolar**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharela.

Orientador: Andrei Cechin

Brasília

2018

LORENA DOS SANTOS RODRIGUES

**Potenciais Contribuições da Economia Comportamental
para Redução da Evasão e Abandono Escolar**

Monografia apresentada ao curso de
Ciências Econômicas, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do
título de Bacharela.

Orientador: Andrei Cechin

Dr. Andrei Cechin
Orientador

Dr^a. Deborah Reis
Banca Examinadora

Brasília

2018

Dedico a Irene, minha mãe, mulher forte e trabalhadora!

Agradecimentos

Aos professores do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Brasília.

Ao professor Andrei Cechin que foi um orientador compreensivo e presente em cada etapa desse trabalho monográfico.

A Raíssa, uma pessoa que apareceu na minha vida como um presente de Deus, no momento certo, e me ajudou com imenso altruísmo. Gratidão e respeito!

As cause and consequence of our general state of mind we completely misunderstood human nature, including our own. The rationality which we attributed to it led to superficiality, not only of judgement, but also of feeling. It was not only that intellectually we were pre-Freudian, but we had lost something which our predecessor had without replacing it. I still suffer incurably from attributing an unreal rationality to other's people feeling and behaviour (and doubtless to my own, too). (...) we carried the individualism of our individuals too far (Keynes)

Resumo

O Brasil apresenta algumas características próprias de países em desenvolvimento, entre as quais, enormes desigualdades na distribuição da renda e deficiências no sistema educacional, tais como: evasão e baixa qualidade. Há atualmente aproximadamente 10 milhões de jovens entre 15 e 17 anos que segundo a legislação deveria obrigatoriamente estar na frequentando à escola. Porém, 1,5 milhão nem sequer se matricula e outros 0,7 milhão abandonam a escola antes do final do ano letivo. Como resultado dessa elevada evasão e abandono, apenas 6,1 milhões concluem o ensino médio com no máximo um ano de atraso (INSPER, 2017). Diante de números tão alarmantes, o presente trabalho teve como objetivo geral identificar as potenciais contribuições da Economia Comportamental para as políticas públicas de redução da evasão/ abandono no Brasil. As reflexões feitas nessa monografia indicam que a Economia Comportamental pode contribuir muito para a formulação de políticas públicas no Brasil e que atualmente ainda é subutilizada.

Palavras-chave: Economia Comportamental, Evasão, Abandono escolar

Abstract

Brazil presents some characteristics of developing countries, including enormous inequalities in the distribution of income and deficiencies in the educational system, such as: evasion and low quality. There are currently approximately 10 million young people between 15 and 17 years of age who, according to legislation, should be attending school. However, 1.5 million does not even enroll and other 700,000 leave school before the end of the academic year. As a result of this high dropout and abandonment, only 6.1 million conclude high school with a maximum of one year of delay (Insper, 2017). Faced with such alarming numbers, the present work had as general objective to identify the potential contributions of Behavioral Economics to public policies to reduce dropout/abandonment in Brazil. The reflections made in this paper show that Behavioral Economics may contribute to the elaboration of public policy in Brazil and that nowadays it is still underused.

Key-words: Behavioural Economics, Dropout School

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1- Evolução do Ideb da Rede Pública (Anos Iniciais)	16
Figura 2- Evolução do Ideb da Rede Particular (Anos Finais)	17
Figura 3- Gênero dos Professores do Ensino Fundamental	18
Figura 4- Questões socioeconômicas interferem na aprendizagem?	21
Figura 5- Problemas de aprendizagem estão relacionados à falta de acompanhamento dos pais?	21
Figura 6 - Taxas de promoção, repetência, migração para EJA e evasão por série .	23
Tabela1 - Tipologia de intervenções educacionais	51

Sumário

1. Introdução	11
2. Educação Brasileira: Problemas e potencialidades	14
2.1 Panorama geral do Brasil: O que os dados governamentais revelam	14
2.2 Analisando a questão do professor	18
2.3 Questões socioeconômicas.....	20
2.4 O problema da evasão e abandono escolar.....	22
3. Referencial Teórico	24
3.1. Economia comportamental	24
3.2 Taxas de desconto intertemporais.....	27
3.3 Comportamento econômico e papel das normas sociais.....	28
3.4 Políticas públicas e arquitetura da escolha.....	31
3.5 Arquitetura da escolha e expulsão de motivações intrínsecas.....	36
3.6 Economia comportamental da educação.....	40
3.6.1 Barreiras ao tratar a educação como investimento.....	40
3.6.2 Intervenções	45
4. Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens no Brasil: uma análise à luz da Economia Comportamental	47
4.1 O que as escolas públicas de excelência têm a ensinar.....	47
4.2 Programas no Brasil segundo tipologia de intervenções educacionais.....	50
4.3 Outros insights comportamentais nas políticas públicas para educação....	53
5. Considerações finais	56
Referências bibliográficas	59

1. Introdução

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira e uma vasta gama de legislações apresentam a educação como um componente essencial, um dos direitos humanos mais básicos. Desempenhando um papel central, uma vez que permite o acesso ao conhecimento dos outros direitos. Por isso a educação é vista como uma condição necessária à segurança de outros direitos.

O artigo 205 da Constituição Brasileira diz que a educação é um direito de todos e um dever da família e do Estado, buscando o pleno desenvolvimento da pessoa (cidadania e qualificação para o trabalho).

Já a Declaração dos Direitos Humanos, no artigo 26, diz que a educação visará o pleno desenvolvimento da pessoa e buscará fortalecer o respeito aos direitos do ser humano e liberdades fundamentais. A educação, de acordo com o documento, promoverá a compreensão e a tolerância. Portanto, o direito à educação deve ser encarado como o direito ao pleno desenvolvimento (aprendizado) e não apenas o direito à escola.

Os resultados insatisfatórios nas avaliações padronizadas no Brasil, ainda que tenham apresentado avanços, revelam que o Estado ainda não consegue oferecer uma educação básica de qualidade para todos.

As pesquisas sobre desempenho escolar no Brasil levam, normalmente, em consideração uma série de fatores como: o aluno, escola, professor, família, entre outros.

Para Soares (2004), três estruturas sociais influenciam o desempenho cognitivo de um aluno: condição socioeconômica e cultural, família e a escola que frequenta. Constatou que existe uma relação entre proficiência e nível socioeconômico e concluiu que a qualidade do ensino não se distribui de forma igualitária em todos os estratos populacionais, pois os mais pobres possuem os piores desempenhos.

Além disso, as taxas de evasão e abandono permanecem altas. De acordo com estudo realizado pelo Insper (2017), nomeado Políticas Públicas para Redução do Abandono e Evasão Escolar de Jovens no Brasil, há atualmente aproximadamente 10 milhões de jovens entre 15 e 17 anos que, segundo a legislação, deveriam, obrigatoriamente, estar frequentando à escola. Porém, 1,5 milhão nem sequer se matricula e outros 0,7 milhão abandonam a escola antes do final do ano letivo. Como

resultado dessa elevada evasão e abandono escolar, apenas 6,1 milhões concluem o ensino médio com no máximo um ano de atraso.

Poderiam os *insights* da Economia Comportamental (EC) contribuir para área da educação?

A economia comportamental busca enriquecer a maneira como se encara a tomada de decisão, incorporando suposições mais realistas que, às vezes, levam a diferenças profundas nas ações previstas. O campo atraiu atenção ampla e crescente para ajudar a explicar resultados aparentemente irracionais.

Resultados educacionais padronizados obtidos por testes são determinados por muitos fatores que incluem variáveis parentais, escolares e ambientais, assim como variáveis internas dos estudantes, prestar atenção na aula, fazer o dever de casa, cumprir os compromissos estudantis no prazo e fazer as leituras são importantes determinantes para o sucesso do estudante.

Pais e professores têm um papel significativo, porém ações feitas pelo estudante são decisivas para a efetividade dos resultados. Compreender como estimular os estudantes para que atinjam melhores resultados educacionais é essencial para poder desenhar políticas públicas.

O objetivo geral deste trabalho é identificar as contribuições da Economia Comportamental para as políticas públicas em educação, principalmente, para redução da evasão e abandono no Brasil.

Os objetivos específicos são:

- Analisar a relação existente entre incentivos econômicos e preferências sociais, por meio de revisão bibliográfica.
- Investigar se as políticas públicas brasileiras têm levado em consideração as contribuições da economia comportamental.
- Analisar e discutir dados ligados à qualidade educacional, evasão escolar e abandono escolar.
- Investigar a relação entre incentivos e evasão escolar/ abandono escolar.

Essa monografia está organizada da seguinte maneira, um capítulo denominado “Educação Brasileira: Problemas e Potencialidades” que tem o objetivo de contextualizar o leitor sobre a situação da educação no Brasil, com enfoque especial na temática da evasão e abandono escolar.

É seguido de um capítulo “Referencial Teórico” cujo conteúdo diz respeito aos principais tópicos da economia comportamental que podem ser utilizados pela educação.

O penúltimo capítulo “Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens no Brasil: uma análise à luz da Economia Comportamental” relaciona políticas, programas e ações no campo da educação com uma tipologia de intervenção comportamental.

O último capítulo “Considerações finais” consiste na tentativa de demonstrar se as perguntas e problemas apresentados inicialmente foram respondidas e/ou esclarecidas. Além disso, objetiva apresentar sugestões para uma futura evolução da pesquisa sobre o assunto.

2. Educação Brasileira Educação: Problemas e potencialidades

2.1 Panorama geral do Brasil: O que os dados governamentais revelam.

De acordo com Sacristán e Gómez (2000), no mundo contemporâneo, a questão da escolarização permanece atrelada à constituição da cidadania. O debate sobre a função social da escola se relaciona ao processo de democratização da sociedade, em decorrência da contribuição do saber escolar na constituição de uma sociedade menos desigual.

Um dos grandes desafios da educação brasileira é a qualidade, porém não se pode falar em qualidade sem considerar a promoção da equidade.

No processo educacional, a equidade implica no direito ao acesso e permanência na educação pública de qualidade, sem discriminação, especialmente com as parcelas sociais mais carentes, precisando ser pautada no respeito às necessidades e às diferenças.

A avaliação do sistema educacional e de seus efeitos sociais e na vida dos estudantes representa um elemento estratégico na consolidação do repensar o funcionamento do sistema educacional brasileiro, em busca da democratização do acesso e da permanência.

Para os autores, as políticas públicas educação devem ser voltadas para a inclusão social, levando em consideração a realidade social dos alunos, suas vivências e sua condição histórica, cultural e econômica, para que se possa garantir a equidade. A possibilidade de reconhecimento das diferenças caracteriza a equidade, se constituindo assim, num valor ético.

Este capítulo busca apresentar a situação atual da educação brasileira. Tal exposição será feita fundamentalmente com o apoio das informações governamentais dispostas na plataforma QEdu. A plataforma utiliza dados retirados da Prova Brasil que é uma avaliação censitária das escolas públicas das três redes, municipal, estadual e federal.

Participam dessa avaliação as escolas que têm, no mínimo, 20 alunos matriculados. O objetivo da prova é avaliar os sistemas de educação, não havendo, portanto, necessidade de todas as escolas serem avaliadas. Por questão logística e custos, nas diferentes edições da Prova Brasil algumas escolas e seus alunos não participam. Além disso, a participação é facultativa.

Quem faz a prova são alunos do 5º ano, antiga 4ª série do Ensino Fundamental de escolas públicas urbanas e rurais e do 9º ano, antiga 8ª série, do Ensino Fundamental, também das escolas públicas, urbanas e rurais.

Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala (Escala SAEB). O comitê científico do movimento Todos Pela Educação decidiu que, de acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado.

A Prova Brasil testa duas competências dos alunos: Matemática (Capacidade de resolução de problemas matemáticos) e Língua Portuguesa (Leitura e interpretação de textos). São avaliadas habilidades relativas a anos anteriores ao que o aluno está matriculado e também a anos posteriores. O conjunto dessas habilidades é organizada em competências.

Além disso, antes da análise propriamente dita, é necessário que o leitor esteja familiarizado com o Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Ideb, é uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). É um índice que muito utilizado, embora seja um indicador de resultado e não de qualidade, é a partir da divulgação do seu resultado que se mobilizam ações para a qualidade. O Ideb, portanto, passou a ser, além de propositor de políticas públicas, um indutor de ações das escolas e dos sistemas de ensino para efetivação da qualidade.

É bom ressaltar que o Ideb é um indicador importante na medida em que demonstra fragilidades das escolas brasileiras relacionadas a fluxo e desempenho escolar. No entanto, de acordo com Chirinéa e Brandão (2015), o Ideb é insuficiente para medir a qualidade da educação por não conseguir captar outros aspectos igualmente importantes para a qualidade, como a cultura organizacional da escola, a prática docente, o nível socioeconômico e o estilo de gestão e liderança, entre outros.

Para os autores, enquanto indicador de resultado e não de qualidade, o Ideb se mostra incapaz de retratar de forma completa a realidade das instituições escolares, pois há outras variáveis que interferem na qualidade da educação, como gestão escolar; formação e condições de trabalho dos professores; ambiente educativo; prática pedagógica e de avaliação, e acesso e permanência na escola. A qualidade, segundo eles enfatizam, não é um fator estanque, logo não pode ser buscada com testes que medem o conhecimento cognitivo dos alunos.

Chirinéa e Brandão (2015) ressaltam que para avaliar a qualidade da educação escolar, é necessário considerar insumos internos e externos, bem como os processos que ocorrem dentro da escola. Para eles, o conceito de qualidade escolar não pode ser reduzido ao desempenho escolar, tampouco ser tomado como referência para o processo de *accountability* e para construção de um *ranking* entre as escolas.

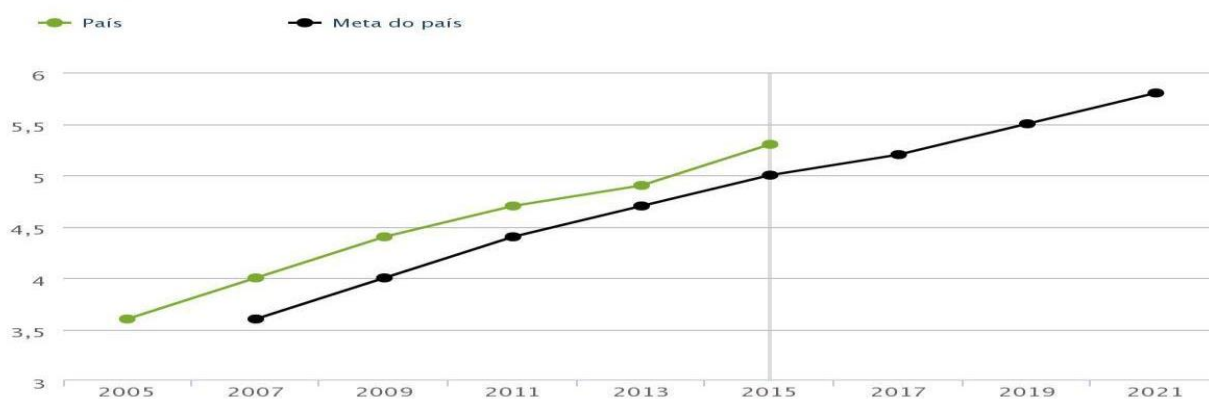
No entanto, os autores salientam também que as avaliações externas são necessárias na medida em que auxiliam a reflexão da escola sobre suas fragilidades. Informa as escolas e sistemas de ensino sobre uma dada realidade para a tomada de decisões, mas é preciso aliá-la a uma auto avaliação institucional, com a perspectiva de articulação entre os contextos intra e extraescolares.

Com base nos resultados da Prova Brasil de 2015, 58% dos alunos do 5º ano aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de texto. Já no 9º ano a percentagem cai para 30%. Em Matemática, 47% dos alunos até o 5º ano da rede estadual de ensino aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas, caindo para 14% no 9º ano.

O gráfico Evolução do Ideb mostra a evolução do Ideb para as séries iniciais do ensino fundamental da rede pública. O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

O Ideb 2015 nos anos iniciais da rede pública atingiu a meta, e hoje está em 5,3, porém ainda não alcançou 6,0 considerada adequada.

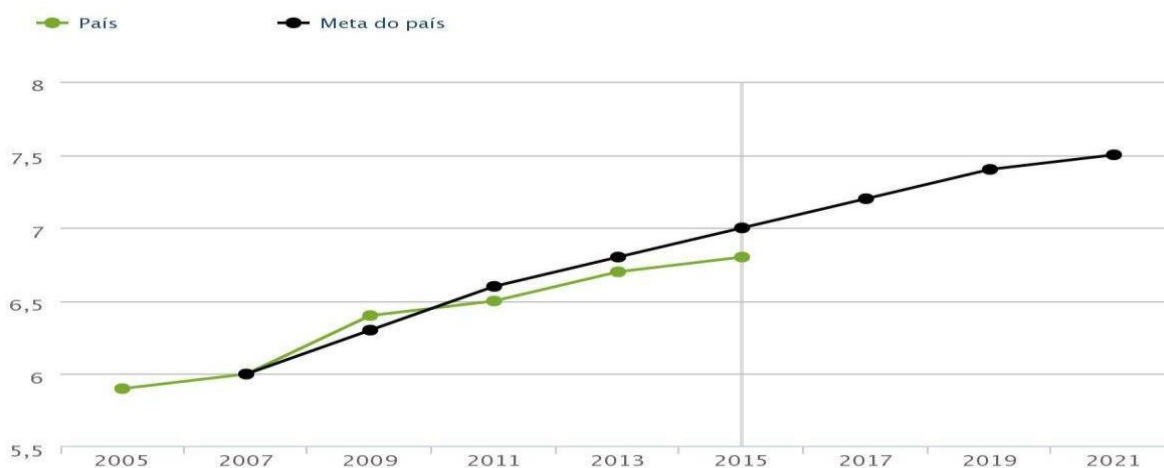
Figura 1- Evolução do Ideb da Rede Pública (anos iniciais)



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep/2015

O gráfico abaixo (Figura 2) mostra a evolução do Ideb das escolas particulares, que atingiu o total de 6,8, para os anos iniciais.

Figura 2- Evolução do Ideb da Rede Particular (anos iniciais)



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep/2015

Na visão de Freitas (2016), o Brasil vem melhorando seu desempenho sistemática e consistentemente nas séries iniciais do ensino fundamental desde 2003, para ele, isso é muito importante, pois se trata da base da formação. O autor ressalta que nas séries iniciais, do ensino fundamental, cerca de 70% das escolas melhoraram seu desempenho no Ideb de 2015, quando comparamos com o Ideb anterior, no qual houve 58% de melhora: um aumento de 12%.

Ainda neste mesmo ensino fundamental das séries iniciais, o próprio Ideb das escolas públicas em média aumentou de 4,9 para 5,3. E no ensino fundamental das séries finais aumentou de 4,0 para 4,2. Não há queda no Ideb do ensino fundamental das escolas públicas.

O ensino médio da escola pública, embora, longe de alcançar o considerado adequado, avançou de 3,4 para 3,5. Portanto, para as escolas públicas, também não há queda de Ideb no ensino médio. Dos 27 estados brasileiros, 20 melhoraram o Ideb do ensino médio em relação a 2013.

Observa-se também que o Ideb de 2015 é igual ou maior do que o Ideb de 2013 em todos os níveis de ensino das escolas públicas, tanto do fundamental como do médio.

Ainda de acordo com Freitas (2016), no ensino fundamental dos anos iniciais, na prova de matemática do 5º ano, avançamos de 211 pontos nos testes de 2013 para 219 pontos no atual teste e na de língua portuguesa avançamos de 196 para 208.

No ensino fundamental dos anos finais, na prova de matemática do 9º ano, avançamos de 252 pontos em 2013 para 256 pontos em 2015 e em língua portuguesa avançamos de 246 para 252.

No ensino médio, apesar de cairmos em matemática de 270 pontos em 2013 para 267 em 2015 aumentamos a média em português de 264 pontos para 267.

2.2 Analisando a Questão do Professor

Quando o tema é educação o professor desponta como uma peça fundamental para o bom funcionamento da engrenagem. As condições de trabalho docente têm sido alvo de diferentes estudos, que evidenciam sua precarização, mesmo com os esforços para enfrentar tal situação, explicitados em políticas educacionais implantadas no Brasil nos últimos anos (GATTI, BARRETO e ANDRÉ, 2011). A precariedade nas condições de exercício da docência evidencia sua desvalorização política e traz consequências para sua valorização social e para as formas como o professor se constitui como profissional (LUDKE e BOING, 2004).

Os professores dos quais as turmas participaram da Prova Brasil responderam um questionário com 125 perguntas no total que tratavam sobre seu perfil, das condições de trabalho, práticas pedagógicas e percepção sobre o aprendizado dos alunos.

Interessante notar que os professores do ensino fundamental no Brasil são majoritariamente mulheres.

Figura 3 - Gênero dos Professores do Ensino Fundamental



Fonte: QEdu.org. br. Dados do Ideb/Inep/2015.

Quando analisados os somente os professores de ensino fundamental até 5ºano, a percentagem chega a 89%.

Sobre a remuneração dos professores, o assunto é de suma importância, pois o salário pode afetar a atratividade da carreira e a habilidade dos profissionais que exercem a função de professor, ou seja, salários maiores motivariam indivíduos com maior capacidade para o exercerem o magistério. Importante dizer que para os autores, o aumento salarial do cargo de professor deve estar atrelado à criação de condições para o aumento da habilidade dos profissionais que ocupam tal posição.

O Estado, como responsável pela educação pública, tem o desafio de selecionar, contratar e formar professores, para tal, organiza as redes escolares, o que inclui a normatização do exercício docente. O professor passou a ser funcionário público e passou a compor uma rede que teceu a burocracia estatal, ou seja, o exercício da docência é um trabalho regulamentado pelo Estado (NÓVOA, 1995).

Garantir que as condições de trabalho para os que estão exercendo sua profissão na escola sejam boas, tornando a profissão atrativa para os mais jovens, é responsabilidade do Estado, assim como assegurar qualidade de vida para os profissionais no momento da aposentadoria. Essas responsabilidades estão explícitas nas legislações que tratam dos direitos trabalhistas e sociais.

Já houve avanços significativos na legislação nacional acerca dos direitos trabalhistas dos educadores das escolas públicas, mas ainda é necessário que os planos decenais de educação orientem a instituição de planos de carreira para os profissionais da educação em todos os entes da federação, abrangendo elementos fundamentais, tais como: salário digno, carreira atraente, jornada compatível com os afazeres escolares, entre outras demandas importantes.

O piso do magistério é a referência mínima para os vencimentos de carreira em todo país. No que tange ao magistério, que teve o piso salarial profissional nacional regulamentado em 2008, através da Lei nº 11.738, a luta da categoria continua pautada na aplicação imediata e integral da referida Lei, julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2011 – e na contraposição às tentativas dos gestores de vincular o reajuste do piso somente à inflação, abaixo dela, ou em patamares insuficientes para a consecução da meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 13.005). Esta lei, por sua vez, determina que a renda média do magistério seja igualada à dos demais profissionais com mesmo nível de escolaridade, em um prazo de 6 anos.

Com relação à jornada de trabalho, é prevista uma proporção mínima de um

terço para as atividades de coordenação pedagógica, por exemplo: correção de provas e trabalho, reuniões pedagógicas e com os pais, formação continuada, entre outras, isso é essencial para a qualidade do trabalho dos profissionais.

Faz parte da natureza humana ensinar e aprender. O profissional da educação ocupa lugar central, cumprindo a tarefa de cuidar da formação dos que vão até a escola. O trabalho de todos os profissionais da educação necessita de condições adequadas para ser realizado com sucesso.

2.3 Questões Socioeconômicas

Sabe-se que a aprendizagem envolve uma conjuntura de fatores envolvendo fatores internos e também os contextos, ou seja, o meio no qual o aluno está inserido. No Brasil, há um intenso debate sobre como fatores socioeconômicos podem afetar o desempenho do aluno, bem com um espaço reservado às políticas educacionais voltadas à democratização das oportunidades, focando em uma formação educacional de qualidade e que possa promover a eficácia e a equidade.

Na visão de expressiva parcela dos professores de educação básica, as dificuldades de aprendizagem dos seus alunos são fortemente influenciadas pelo meio social dos seus alunos, conforme mostram os gráficos abaixo:

Figura 4 - Questões socioeconômicas interferem na aprendizagem?



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep/2015

Figura 5 - Problemas de aprendizagem estão relacionados à falta de acompanhamento dos pais?



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep/2015

A fala dos professores de que o nível socioeconômico influencia o desempenho do aluno é confirmada por meio de grande quantidade de pesquisas sobre o tema. Estudos no Brasil constataam que o problema da desigualdade da renda está intrinsecamente relacionado com o problema da educação como, por exemplo, as pesquisas de Barros et al (2001), Menezes-Filho (2007), Albernaz (2002) e Franco (2002).

Os resultados insatisfatórios das avaliações no Brasil, ainda que tenham apresentado avanços, revelam que o Estado ainda não consegue oferecer uma educação básica de qualidade para todos. As pesquisas sobre desempenho escolar no Brasil levam normalmente em consideração uma série de fatores como: o aluno, escola, professor, família, entre outros.

Para Soares (2004), três estruturas sociais influenciam o desempenho cognitivo de um aluno: condição socioeconômica e cultural, família e a escola que frequenta. Constatou que existe uma relação entre proficiência e nível socioeconômico e concluiu que a qualidade de ensino não se distribui de forma igualitária em todos os estratos populacionais, pois os mais pobres possuem os piores desempenhos.

Barros et. al (2001) realizaram um estudo objetivando saber o impacto de quatro determinantes do desempenho educacionais do Brasil: disponibilidade de recursos da comunidade, família, custo de oportunidade do tempo e qualidade e disponibilidade de serviços educacionais. No estudo foi possível verificar que dos quatro determinantes selecionados, o que mais afeta seria a escolaridade dos pais.

Andrade e Laros (2007) utilizaram um modelo multinível com dados do SAEB de 2001, identificaram quais variáveis afetam o desempenho de alunos do 3º ano do Ensino Médio, nas disciplinas de português e matemática. As variáveis foram: nível socioeconômico, sexo e etnia do aluno. O nível socioeconômico da escola, de acordo com a pesquisa, foi o que teve maior contribuição para o desempenho dos alunos. Esse estudo tem o diferencial de que o resultado corresponde à escola, ou seja, os alunos que estudavam em uma escola de melhor nível socioeconômico apresentaram um melhor desempenho.

Os estudos acima destacam como fator que influencia o desempenho: o nível socioeconômico dos alunos e a escola. Apesar de utilizar métodos e fontes de dados distintos, é possível sugerir que existe convergência nos resultados.

A desigualdade socioeconômica, portanto, traz reflexos no desempenho. Existe uma relação robusta entre a posição social e o grau de proficiência dos alunos. No entanto, na perspectiva dos autores, a partir da implementação de políticas públicas e a criação de programas e projetos voltados para a diminuição dos impactos socioeconômicos.

2.4 O Problema da Evasão e Abandono Escolar

A evasão também é um problema educacional muito grave, infelizmente com taxas muito altas em nosso país. Segundo Filho e Araújo (2017), fatores internos e externos, como drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho podem ser considerados decisivos no momento de ficar ou sair da escola.

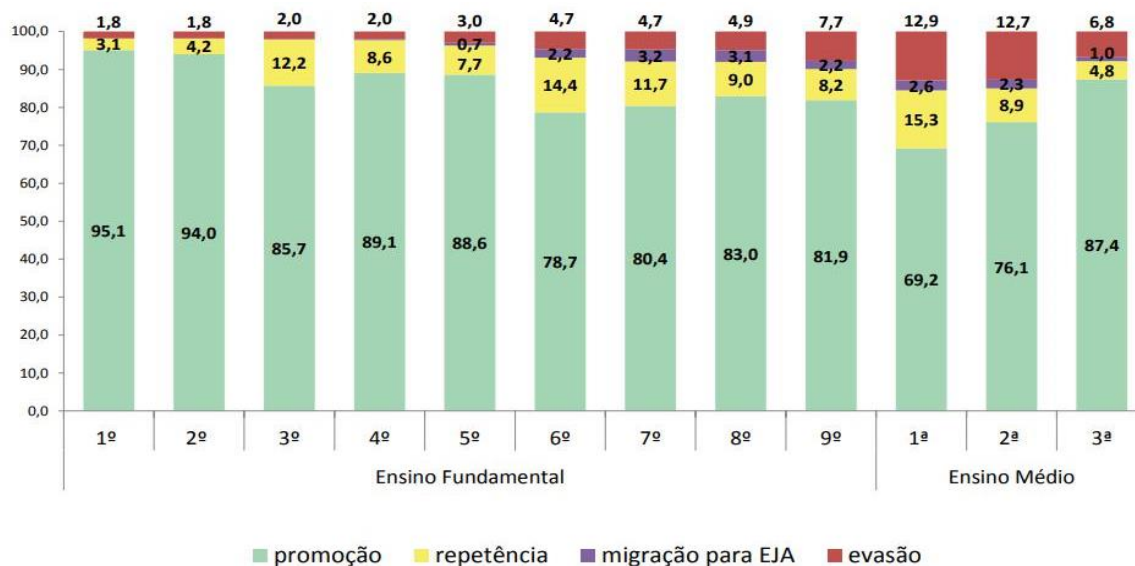
Para os referidos autores, a evasão e o abandono representam um processo complexo, dinâmico e cumulativo. Nesse sentido, o fracasso escolar implica uma visão contextualizada e ampla.

Para Rumberger (2008), citado por Filho e Araújo (2017), a chave da compreensão e solução da evasão escolar é encontrar as causas dos problemas, mas essas causas de forma semelhante com outros processos do desempenho escolar têm influência de um conjunto de fatores como, por exemplo, a família, a escola e a comunidade em que vive. Ao revisar diversas pesquisas sobre as causas que levam a evasão, esse autor conseguiu identificar como problema em duas perspectivas, individual e institucional. A individual se refere ao estudante e ao seu percurso escolar. A institucional que considera a família, escola, a comunidade e os grupos de amigos.

Segundo *site* do Inep (2018) 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1^a e 2^a série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9^a ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3^a série do ensino médio, com 6,8%. Levando em conta todas as séries do ensino médio, a evasão é maior nas escolas rurais, em todas as etapas de ensino. O Pará tem a mais alta taxa de evasão em todas as etapas de ensino, chegando a 16% no ensino médio.

Ainda de acordo com o Inep, a migração para Educação de Jovens e Adultos (EJA) é maior ao final do ensino fundamental. No que se refere à rede de ensino, a migração é maior na rede municipal dos anos finais do ensino fundamental, quando alcança uma taxa de 3,8%. Já no ensino médio, a migração é maior na rede estadual de ensino

Figura 6 -Taxas de promoção, repetência, migração para EJA e evasão por série – Censo 2014/2015



Fonte: Inep (2018)

Segundo Piana (2009), as legislações brasileiras reformuladas têm como paradigma o acesso a todo cidadão a educação de qualidade e uma iminente inserção no mercado profissional e no mundo do trabalho. Para ela, esses discursos nem sempre se tornam realidade, não passando de meras ilusões e uma pseudo educação, pois milhares de crianças, adolescentes e jovens, mesmo que matriculados em uma escola, permanecem excluídos de uma educação participativa, democrática, conscientizadora, dialógica, autônoma e afetiva.

3. Referencial Teórico

3.1 A Economia Comportamental

Segundo Samson (2015), podemos definir a Economia Comportamental como o estudo das influências cognitivas, sociais e emocionais que podem ser observadas sobre o comportamento das pessoas. A EC usa principalmente a experimentação para desenvolver teorias sobre a tomada de decisão humana.

A EC entende que nem sempre as pessoas são egoístas, com preferências sociais estáveis ou plenamente racionais, ou seja, calculando o custo-benefício das ações delas. Muitas de nossas ações não resultam de uma deliberação pensada, completamente racional, mas somos influenciados por informações lembradas, sentimentos e estímulos salientes do ambiente.

Diversamente do conceito de motivação e tomada de decisão baseada na ideia do *homo economicus*, a EC não assume que o ser humano faz escolhas isoladamente ou somente para servir seus próprios interesses. Além das dimensões cognitivas e afetivas, a EC também considera as forças sociais, pois as decisões são tomadas por indivíduos que são moldados pelos ambientes sociais e integrados a esses ambientes.

De acordo com Stoicov (2014), há duas maneiras de influenciar. Ao adotar incentivos econômicos estamos influenciando o *Homo economicus*, Homem econômico ou *econos*. Ou adotar os pressupostos da economia comportamental.

É aqui que entra em cena a economia comportamental. Nela não se assume que as pessoas sejam perfeitamente sensatas, como máquinas de calcular ambulantes. Em vez disso, a disciplina observa como as pessoas efetivamente se comportam, e as constatações daí resultantes não raro levam à conclusão de que os seres humanos são irracionais. (ARIELY, 2010, p.5)

Ao longo do dia, nós fazemos muitas coisas de forma automática, sem pensar. Isso funciona como uma defesa para que não tenhamos que pensar em tudo a cada minuto como andar, pegar coisas, escrever e ler. Embora muitas coisas ocorram de modo automático são decorrentes de decisões baseadas em vieses sistemáticos. Tais vieses sistemáticos podem até nos ajudar em uma tomada de decisão, mas muitas vezes nos levam a decisões não tão acertadas.

Thaler e Sunstein (2009) categorizam esses vieses de três formas: Ancoragem e ajuste; disponibilidade e representatividade.

Ancoragem e ajuste: A ancoragem ocorre quando você calcula uma resposta ou decisão apoiando-se em algo que para você já é conhecido. Um exemplo de ancoragem é quando alguém te pergunta quanto tempo você demora para ir de casa para o trabalho você consegue dar a resposta com certa precisão. O ajuste ocorre quando o interlocutor faz a pergunta para diversas pessoas e, com base nas diferentes ancoragens, que são baseadas nas diferentes experiências pessoais, faz um ajuste para chegar no tempo de deslocamento mais aproximado.

Disponibilidade: Ocorre quando eventos recentes distorcem o julgamento e diminuem a possibilidade de uma tomada de decisão mais acertada. Acontece quando as decisões estão muito mais baseadas nas experiências do que nos dados. Outro aspecto a ser levado em consideração é a nossa tendência em sermos otimistas exagerados, ou seja, normalmente indicamos uma probabilidade alta de risco quando é com o outro, mas se a pergunta é específica para nós tendemos a atribuir um risco menor. Logo o ponto aqui não é se o formulador de políticas públicas está estimulando a confiança ou o medo, mas se está dando o enquadramento correto para melhor aproveitar o otimismo ou trazer mais realidade na tomada de decisão. Se o formulador de políticas públicas puder fazer isso usando o poder do grupo, o indivíduo tende a preferir estar com a manada do que contra ela (efeito manada).

Representatividade: Este viés lembra um pouco da aula de conjuntos e lógica da disciplina de matemática. A pertence a B, C pertence a B. Então A e C são do mesmo grupo. Aqui é um viés que pode nos dar uma percepção errônea da realidade. Você fica sabendo que o vizinho do andar de cima está com câncer. Dias depois, o porteiro do seu prédio fala que um novo vizinho que se mudou para o prédio do lado há menos de 6 meses também está com câncer. Você fica com isso na cabeça e na semana seguinte cruza na rua com uma senhora visivelmente careca usando um lenço na cabeça (mal sabe você que a tintura que a cabeleireira dela usou fez cair todo o cabelo). Não precisa de muito mais para você achar que a região deve ter algum tipo de contaminação no solo, água ou ar para ter “tantos” casos de câncer. Sim, isso pode acontecer e, muitas vezes, o Estado tem que investigar. Porém, se o Estado analisar a taxa de pessoas com câncer por quilômetro quadrado, talvez identifique uma proporção similar (e afinal a senhora não estava com câncer, então eram só 2 casos), ou de repente este bairro específico teve uma campanha sobre prevenção do câncer que levou a alguns moradores da região a detectarem suas doenças, ou até mesmo a

região tem um ótimo hospital de tratamento de câncer e o vizinho que se mudou há menos de 6 meses, fez isso, pois já sabia da doença e queria ficar mais próximo do hospital. Ou seja, os números, a forma como são apurados e o seu contexto podem levar a decisões políticas totalmente enviesadas.

Kahneman e Tversky (1979) trouxeram o conceito de aversão à perda. Baseia-se no pressuposto de que a dor de perder é psicologicamente mais poderosa do que o prazer de ganhar. As pessoas estariam dispostas a correr riscos para evitar uma perda. A aversão à perda refere-se à força relativa de duas motivações: somos impelidos mais fortemente a evitar perdas do que a obter ganhos. Um ponto de referência é o viés do *status quo*, pois existe uma tendência natural no comportamento humano de permanecer inerte quando confrontados por alguma escolha de risco.

Os referidos autores realizaram um experimento no qual utilizaram uma situação de aposta simétrica, um jogo de cara ou coroa. A aposta consistia em US\$ de perda caso o resultado fosse coroa e um ganho de US\$ caso o resultado fosse cara.

O efeito observado mostrou uma grande rejeição em relação à aposta, embora o valor esperado seja positivo, pois há um ganho maior do que uma perda, o medo de perder é mais intenso do que a esperança de ganhar.

Também foi avaliado no experimento a quantia mínima que os indivíduos estariam dispostos aceitar para participar de tal aposta, para grande parte dos participantes o valor observado foi de US\$ 200, o dobro da perda. Dessa maneira, elas se sentiriam compensadas e menos impactadas pelo risco de perder.

O número dois encontrado no experimento é justamente, o coeficiente entre as dimensões subjetivas entre perdas e ganhos. Portanto, o impacto que quando perdemos alguma coisa é duas vezes mais forte do que o impacto positivo de ganhar a mesma coisa.

A aversão à perda é um viés cognitivo que emerge das heurísticas, o que leva a uma percepção irracional e subjetiva de valores. As heurísticas podem ser entendidas como atalhos mentais que tomamos quando devemos fazer uma escolha complexa. Às vezes o uso dessas regras simplificadoras pode levar a erros sistemáticos e graves. Acabamos fazendo julgamentos baseados em nossas emoções e sendo não racionais em nossas decisões.

Indivíduos com aversão à perda tenderiam a atribuir um valor mais elevado a um bem quando é proprietário do bem. Esse maior valor atribuído ao bem implicaria numa relutância em se desfazer dele, mesmo que lhe seja oferecido um bem de valor equivalente.

Thaler (1980) denominou esse fenômeno de efeito posse ou dotação (*endowment effect*). Pode ser entendido como o valor adicional que os indivíduos atribuem a bens que já possuem. A manifestação desse fenômeno se dá por meio do hiato observado entre o Valor Mínimo da Disposição para Aceitar Pagamento e o Valor Máximo da Disposição para Pagar pelos mesmos.

3.2 Taxas de Desconto Intertemporais

A necessidade de antecipar ou postergar recompensas, considerando trocas compensatórias entre períodos intertemporais, pode ser entendida como um fator importante nas decisões das pessoas. De acordo com a microeconomia clássica, a preferência intertemporal é vista como um *trade-off* de utilidade entre períodos alternativos. O *trade-off* da utilidade entre períodos é apreendido pela taxa de desconto, ou seja, a taxa pela qual as pessoas descontam utilidades futuras em detrimento da data em que elas ocorrem.

Uma importante contribuição da Economia Comportamental foi utilizar taxas de desconto intertemporais que não são constantes ao longo do tempo para representar o viés para o presente, uma vez que as pessoas geralmente valorizam *payoffs* imediatos em maior magnitude que *payoffs* futuros.

Destina-se mais valor aos benefícios que se pode usufruir imediatamente do que àqueles que podemos auferir no futuro. Da mesma forma, busca-se de todas as formas transferir custos ou pagamentos para o futuro. Quando se assume um compromisso ou uma tarefa, eles parecerão menos onerosos se pudermos cumpri-los daqui a uma semana, um mês ou um ano. Existe, portanto, uma predileção por antecipar o que é ou parece ser bom e por adiar o que é ou parece ser ruim.

As pesquisas na área da psicologia e economia comportamental demonstram que esse comportamento está associado ao instinto humano de sobrevivência, à elevada aversão à perda e à dificuldade que temos de imaginar tão bem o futuro, quando comparado com a nossa percepção do momento presente.

Esse comportamento pode ser uma herança do processo evolucionário. Ancestrais ameaçados pela escassez tinham uma predileção pela recompensa imediata. Além disso, alguns traços culturais da sociedade contemporânea tendem a reforçar a nossa preferência por ganhos imediatos, como a propaganda e *marketing*.

A teoria na área do *marketing* recentemente assimilou novas descobertas sobre o funcionamento do cérebro humano e as campanhas desenvolvidas por seus

profissionais destinam-se em grande parte a criar necessidades/ experiências/ padrões de consumo e em estimular as pessoas a satisfazê-los o mais rápido possível.

Prevalecendo tais características, é preferível receber uma recompensa agora, seja porque não é seguro que estaremos vivos para recebê-la no futuro, seja porque se não a usufruirmos no presente teremos de enfrentar ansiedade produzida pela espera.

Um exemplo de escolha que envolve desconto intertemporal seria ter que decidir se prefere receber R\$ 100,00 agora ou R\$ 110,00 daqui a uma semana. A maior parte das pessoas prefere receber os R\$100,00 agora, pois o nosso cérebro entende que R\$ 110,00 no futuro têm “menos valor” que R\$100,00 no presente. Portanto, damos um “desconto” para a recompensa, porque ela virá somente no futuro, e receber algo no futuro diminui seu valor. Obviamente, R\$110,00 é maior que R\$100,00. Embora economicamente faça mais sentido pegar R\$110 daqui a uma semana do que R\$ 100 hoje (a não ser que a inflação semanal supere 10%), não é assim que a maioria das pessoas se comporta.

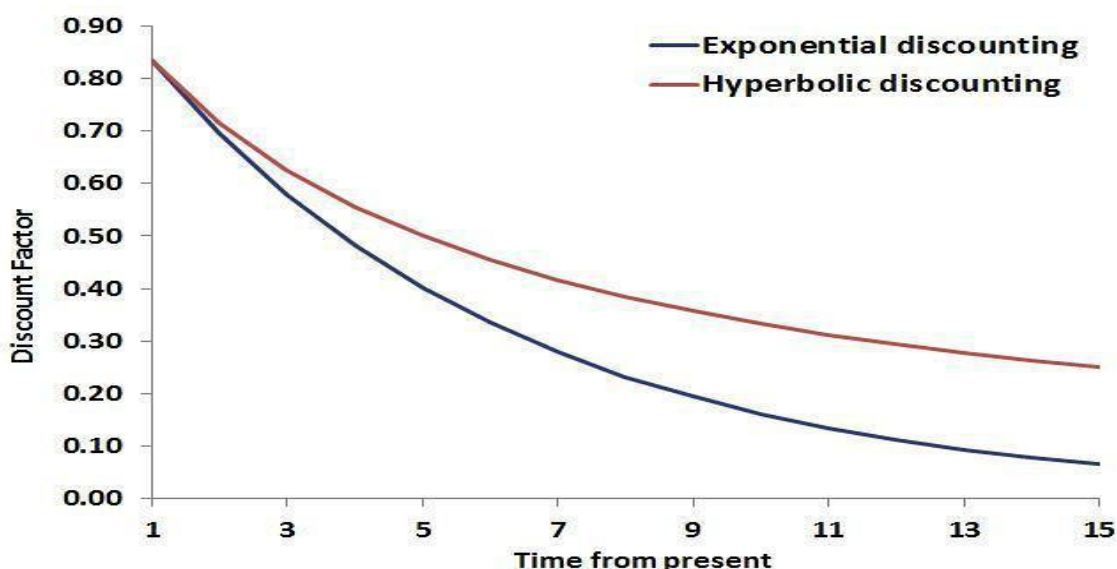
A abordagem tradicional (exponencial) se dá pela seguinte representação algébrica:

$1 / (1 + k)^t$, em que k é a constante da taxa de desconto e t é a duração no tempo.

A taxa de desconto hiperbólica por sua vez, é expressa por:

$1 / (1 + kt)^{\beta/\alpha}$, em que α e β são constantes maiores que zero.

Graficamente, percebe-se que quanto mais próximo de t_0 , maior é a valorização do agente na taxa hiperbólica.



A taxa de desconto hiperbólica caracteriza agentes hiperbólicos, os quais valorizam mais o presente que o futuro. Usualmente são separados os hiperbólicos de dois tipos: *naïves* (inocentes) e *sophisticated* (sofisticados). Estes sabem que são do tipo hiperbólico e adotam medidas para corrigir isso, como é o caso do *self-enforcement*. Um exemplo é utilizar fundos para aposentadoria nos quais é proibido captar os recursos antes de certa quantidade predeterminada de tempo para controlar o viés do presente. Enquanto que os agentes *naïves* não percebem que são hiperbólicos, de maneira que não fazem medidas para suavizar suas escolhas, as quais podem ter implicações negativas a longo prazo.

O uso da taxa de desconto intertemporal tem implicações em diversas aplicações da teoria econômica. A título de exemplo, o artigo de Gabaix (2017) *Behavioral Inattention* apresenta de que maneira a taxa hiperbólica afeta a decisão de política fiscal e monetária do Banco Central, que se for anunciada para tempos mais próximos do presente terá maior efeito na economia.

3.3 Comportamento econômico e papel das normas sociais

Fehr e Fischbacher (2003) em um *paper* denominado *The nature of human altruism* disserta sobre altruísmo e egoísmo. Para os autores, há evidências empíricas que o altruísmo é uma força poderosa presente somente nos humanos.

Why are humans so unusual among animals in this respect? We propose that quantitatively, and probably even qualitatively, unique patterns of human altruism provide the answer to this question. Human altruism goes far beyond that which has been observed in the animal world. Among animals, fitness-reducing acts that confer fitness benefits on other individuals are largely restricted to kin groups; despite several decades of research, evidence for reciprocal altruism in pair-wise repeated encounters remains scarce. Likewise, there is little evidence so far that individual reputation building affects cooperation in animals, which contrasts strongly with what we find in humans. If we randomly pick two human strangers from a modern society and give them the chance to engage in repeated anonymous exchanges in a laboratory experiment, there is a high probability that reciprocally altruistic behaviour will emerge spontaneously. (FEHR E FICHBACHER, 2003, p.785).

Portanto para os autores, as características altruístas dos humanos vão além do que pode ser observado no mundo animal. Há pouca evidência que a reputação individual construção afeta a cooperação em animais, o que contrasta fortemente com o que encontramos nos humanos. No entanto, o altruísmo humano se estende muito além do altruísmo baseado na reputação, podendo assumir uma forma mais forte, a reciprocidade.

Bowles e Gintis (2008) afirmam que a cooperação entre os seres humanos é única na natureza, estendendo-se a um grande número de indivíduos não relacionados e assumindo uma vasta gama de formas. “Cooperative behavior may confer benefits net of costs on the individual cooperator, and thus may be motivated by entirely self-regarding preferences” (BOWLES e GINTIS, 2018, p.953). Neste caso, a cooperação é o que os biólogos chamam de mutualismo, a saber, uma atividade que confere benefícios líquidos para todos os envolvidos.

Quando a cooperação incorre em custos líquidos para o indivíduo, o comportamento cooperativo constitui uma forma de altruísmo. A cooperação altruísta se difere da mutualista, pois na altruísta os motivos não são totalmente egoístas.

A alta frequência da cooperação altruística em humanos em relação às outras espécies pode ser um acidente evolutivo. “Altruistic cooperation among humans is the result of capacities that are unique to our species and that strongly promote our relative reproductive fitness” (BOWLES e GINTIS, 2018, p.953). A explicação reside na capacidade cognitiva, linguística e física humana que permitem a formulação de normas gerais de conduta social e instituições.

De acordo com os autores citados, uma razão mais direta para duvidar da interpretação de que a maioria da cooperação é mutualista é dada pela evidência convincente de que muitas pessoas (talvez a maioria) se comportam de maneira inconsistente com a suposição de que sejam motivadas por interesses egoístas.

Um corpo sugestivo de evidências aponta para a importância de um conjunto de comportamentos que Bowles e Gintis (2018) chamaram de reciprocidade forte (*strong reciprocity*). Um reciprocador forte é aquele que chega a uma nova situação com a predisposição para cooperar, está predisposto a responder aos comportamentos de outros, mantendo ou aumentando o seu nível de cooperação. Ele também está disposto a punir o comportamento anti social por parte dos outros, mesmo com um custo para si mesmo, e mesmo quando ele não pode esperar ganhos pessoais futuros de tal retaliação. O reciprocador forte é, portanto, tanto um cooperador condicionalmente altruísta como um punidor condicionalmente altruísta cujas ações podem beneficiar outros membros do grupo a um custo pessoal.

Bowles e Gintis (2018) também contribuem ao tratar sobre normas internas, para eles, uma norma interna é um padrão de comportamento imposto em parte por sanções internas, incluindo vergonha e culpa.

The ability to internalize norms is nearly universal among humans. All successful cultures foster internal norms that enhance personal fitness, such as future orientation, good personal hygiene, positive work habits, and control of emotions. Cultures also widely promote altruistic norms that subordinate the individual to group welfare, fostering such behaviors as bravery, honesty, fairness, willingness to cooperate, and empathy with the distress of others (BOWLES e GINTIS, 2018, p. 961).

As emoções pró-sociais são reações fisiológicas e psicológicas que induzem que os agentes se envolvam em comportamentos cooperativos como: vergonha, culpa, empatia e sensibilidade à sanção social, que induz os agentes a realizar interações sociais construtivas, e outros, como o desejo de punir os infratores da norma.

Sem as emoções pró-sociais, todos nós seríamos sociopatas e a sociedade humana não existiria, por mais fortes que sejam as instituições. Os sociopatas não têm déficit mental, exceto que sua capacidade de sentir vergonha, culpa, empatia e remorso são severamente atenuadas ou ausentes.

3.4 Políticas Públicas e Arquitetura da Escolha

De acordo com Stoicov (2014), a política pública pode ser definida como uma ação intencional que têm objetivos a serem alcançados. Podemos dizer que a intenção que faz nascer uma política pública parte de uma necessidade.

Por trás do sucesso de uma política pública está a mudança de atitude (nem sempre racional) necessária por parte do cidadão ou do agente público. Em sua essência, as políticas públicas devem tanto atender às necessidades como ser o motor das influências.

As ciências comportamentais têm oferecido cada vez mais evidências de que o comportamento humano se distancia, de forma significativa, de idealizações racionais, e têm passado a oferecer perspectivas e ferramentas que podem ajudar no aprimoramento e implementação de políticas públicas.

A ciência comportamental pode ser crucial na compreensão e na abordagem de diversos objetivos essenciais das políticas públicas. De acordo com Chater (2017), um

dos papéis fundamentais do governo é empoderar os cidadãos, ou seja, oferecer uma estrutura pela qual os cidadãos possam fazer escolhas de vida bem embasadas e adequadas. Por exemplo, os governantes buscam garantir que os produtos sejam seguros e as informações ao consumidor sejam confiáveis, no entanto, alguns desafios-chave que o governo e cidadãos enfrentam (saúde, meio ambiente ou à segurança financeira) são complexos, e não se pode esperar que os cidadãos os encarem sem nenhuma assistência.

Esse auxílio não precisa ser sofisticado, é importante que o cidadão saiba de fatos básicos, por exemplo, ter ideia, mesmo que vaga, do padrão de vida que se pode esperar durante a aposentadoria, talvez expressa por comparações com padrões de vida atuais, pode ser tranquilizador ou causar um incentivo para se poupar mais.

Os governos, portanto, devem criar ferramentas de orientação, pelas quais os cidadãos possam desenvolver e implementar um planejamento eficiente para que as pessoas vivam melhor no futuro.

Para o referido autor, um dos principais objetivos de um governo é responder com flexibilidade aos interesses dos cidadãos. O que as pessoas desejam dos serviços locais? Quais são suas experiências mais positivas ou negativas na interação com o setor público? Como as políticas do governo afetam o bem-estar dos cidadãos? Ou a sua percepção da coesão social?

Tornar o governo mais sensível às demandas envolve três etapas: i) criação de indicadores sobre preferências contínuas dos cidadãos; ii) integração dessas informações; iii) uso dessas informações integradas para embasar as opções de políticas públicas e sua implementação.

A coleta de dados sobre as experiências dos cidadãos é importante em qualquer estudo experimental de novas políticas públicas; mas a presente sugestão é mais radical, a saber, coleta, análise e aplicação do *feedback* dos cidadãos deve ser prioridade em todo o setor público. Logo a coleta e a integração das informações sobre as experiências e preferências dos cidadãos trazem desafios fundamentais para a ciência comportamental.

Arquitetura da escolha (também conhecido como *nudging*) é a organização do contexto no qual as pessoas tomam decisões, com objetivo de influenciá-las de forma previsível pela ciência.

Thaler e Sunstein (2008, p.6) definem o *nudge* como: “Um *nudge* [...] é qualquer aspecto da arquitetura de escolha que altera o comportamento das pessoas de um modo previsível sem proibir quaisquer opções nem alterar significativamente

seus incentivos econômicos.” Segundo os autores, para que a intervenção seja considerada um *nudge*, deve ser fácil e barata.

Nudges não são imposições. Um exemplo de *nudge* é dispor as frutas ao nível do olhar, já proibir *junk food*, não. Algumas políticas assumem a forma de proibições, outras de incentivos econômicos, por exemplo, subsídios para combustíveis renováveis, taxas para participar de certas atividades ou tributos sobre gasolina e tabaco. Os *nudges* são abordagens que preservam a liberdade e se destinam a influenciar as pessoas, mas também permitem que elas decidam.

O *nudge* mais frequentemente mencionado é o estabelecimento de *defaults*, *padrões*, que são linhas de ação determinadas previamente e que vigoram se o tomador de decisão não especificar nada em contrário (THALER e SUNSTEIN, 2008).

Para Johnson e Goldstein (2003), os *defaults* são particularmente eficazes quando a tomada de decisão envolve inércia ou incerteza. Por exemplo, requerer que as pessoas declarem sua opção por não doarem seus órgãos têm sido associado a taxas de doação mais elevadas. As opções *default* são pensadas para minimizar custos. Não é um custo monetário (pode ser também, mas daí o racional fala mais alto que o irracional), mas sim o custo da taxa do esforço que teremos que fazer para fazer valer nossa escolha. Se as opções de escolha são difíceis de processar (custo ‘intelectual’ alto na decisão) a opção padrão tende a ser mantida. E por isso a importância do papel e das intenções dos arquitetos de escolhas.

Thaler e Benartzi (2004) realizaram um estudo chamado: Save More Tomorrow: Using Behavioral Economics to Increase Employee Saving (SMarT). A pesquisa consistia em incentivar funcionários de uma empresa a aderir um plano de poupança para aposentadoria.

A essência do programa era que ao invés do funcionário ter que se inscrever no programa, a inscrição era automática. Para deixar de participar, era necessário solicitar a saída. O sucesso do SMarT foi evidente. A razão pela qual o plano funcionou tão bem é que a inércia e a procrastinação são poderosíssimas, e, no caso, foram usadas a favor do cidadão.

Na linha de estabelecer conexão entre problemas de comportamento a soluções específicas, um grupo de cientistas comportamentais, liderados por Eric Johnson et al (2012) recentemente ofereceu ferramentas práticas, elas incluem:

1. A melhor intervenção para a inércia na decisão é estabelecer *defaults*.

2. Sobrecarga de alternativas pode ser contrabalançada reduzindo-se o número de alternativas ou fornecendo ajuda para a decisão.
3. Sobrecarga de atributos (escolha) pode ser reduzida aplicando-se os princípios da parcimônia, linearidade, comparabilidade e avaliabilidade.
4. Procrastinação (míope) pode ser combatida fornecendo um limite de tempo para a ação.
5. Os problemas que surgem em processos de busca longos ou complexos podem ser reduzidos com decisões em estágios.
6. Alocação ingênua pode ser mitigada pela divisão de opções. A escolha forçada é um problema, ela ocorre quando não há opção *default*. Forçar a escolha deve ser priorizada quando o formulador não tem certeza sobre qual é melhor opção para as pessoas. Ao deixar a decisão na mão das pessoas, elas podem se decidir por não tomar nenhuma decisão, em caso de não obrigatoriedade. Assim, a opção de forçar a escolha deveria ser reconsiderada quando estamos falando da saúde, da previdência, da segurança pública e no trânsito; das questões relativas às crianças, adolescentes e idosos, dentre outras que o Estado não deve se isentar das decisões tomadas.

Cass Sunstein (2014) menciona dez nudges, baseados em descobertas comportamentais, para programas de políticas públicas que podem ajudar as pessoas a fazerem melhores escolhas, são elas: regras *default*, simplificação, normas sociais, facilidade e conveniência, revelação, alertas, compromisso prévio, lembretes, intenções de implementação e escolhas passadas.

1. Regras default. Exemplo: inscrição automática em planos de poupança
2. Simplificação. Exemplo: descomplicar os formulários de inscrição
3. Normas sociais. Exemplo: ressaltar o que faz a maioria das pessoas, como “nove entre dez pessoas pagam seus impostos dentro do prazo”.
4. Facilidade e conveniência. Exemplo: deixar comidas saudáveis em lugares mais visíveis ou acessíveis.
5. Revelação (se as informações forem relativamente simples). Exemplo: revelar o custo total de um cartão de crédito
6. Alertas. Exemplo: texto e imagens eloquentes em maços de cigarro

7. Compromisso prévio. Exemplo: compromisso com certas ações futuras, como um programa para deixar de fumar.
8. Lembretes. Exemplo: e-mails ou mensagens de texto que lembram sobre vencimento de contas
9. Intenções de implementação. Exemplo: trazer à luz questões sobre comportamento futuro (“Pretende vacinar seu filho?”) ou chamar a atenção para a identidade da pessoa (“Você tem direito de voto, como se pode deduzir pela sua profissão”).
10. Escolhas passadas (se os indivíduos não têm informações). Exemplos: informar às pessoas a natureza e consequências de comportamentos passados, como o consumo de energia ou suas contas de eletricidade.

Algumas políticas públicas assumem a forma de imposições e proibições. Por exemplo, a lei criminal proíbe o roubo e a agressão física. Outras políticas têm a forma de incentivos econômicos (inclusive desincentivos), por exemplo, subsídios para combustíveis renováveis, taxas para participar de certas atividades ou tributos sobre gasolina e tabaco. Outras, ainda, assumem a forma de *nudges*. Nos últimos anos, instituições públicas e privadas vêm demonstrando interesse crescente no uso de *nudges*, pois eles geralmente têm baixo custo e bom potencial para favorecer objetivos econômicos e outros (como a saúde pública).

Para Sunstein (2014), o *nudge* deve ser transparente, em vez de oculto e disfarçado. A transparência deve ser inerente à prática básica. As decisões do governo devem ser sujeitas ao exame e crítica da população. Uma vantagem importante dos *nudges*, em contraste com as imposições e proibições, é evitarem a coerção. O público deve ser capaz de analisar e investigar os *nudges* tanto quanto quaisquer outros tipos de ações do governo.

O arquiteto de escolha deve atuar de forma a preservar e respeitar a liberdade das pessoas. Deve partir da premissa da transparência. A intervenção não deve ser invasiva, ou seja, o indivíduo não está proibido de tomar suas próprias decisões, a escolha é livre e as pessoas podem definir seus critérios de julgamento.

3.5 Arquitetura da escolha e expulsão de motivações intrínsecas

Em seu livro *The moral economy: why good incentives are no substitute for a good citizens*, Bowles (2016) traz uma série de contribuições para o estudo da economia comportamental. Ele inicia o livro tratando sobre o problema com o *Homo economicus*, ou seja, assumir que os cidadãos, empregados, parceiros em negócios são egoístas e amorais.

Para o autor, o governo requer um entendimento de como as pessoas responderão as leis, incentivos econômicos, informações ou apelos morais, e essas respostas dependerão dos desejos, objetivos, hábitos, crenças e moral que motiva e retém as ações dessas pessoas.

Quando o paradigma utilizado é o do *homo economicus*, são os incentivos materiais os encarregados de motivar as pessoas, ou seja, de fomentar a efetividade de professores, perda de peso, voto, acabar com o tabagismo, estimular estudantes, etc.

Bowles (2016) defende que motivações intrínsecas e morais podem ser expulsas, *crowded out*, por políticas e incentivos que apelam para aquilo que é material e egoísta. Ainda que possa ser feito e que os preços certos possam ser encontrados, colocar preço em tudo talvez não seja uma boa ideia.

“What the classical economists [...] missed is the possibility that moral and other prosocial behavior would be affected- perhaps adversely- by incentive-based policies designed to harness self-interest” (BOWLES, 2016, p.21).

É defendida perspectiva que a moral e as motivações intrínsecas dos cidadãos são essenciais para a boa governança. Quando o mercado serve aos interesses sociais e quando ele não serve? De acordo com Bowles, a erosão da ética e de outras motivações essenciais podem ser consequência cultural, por exemplo, da propriedade privada, da competição de mercado e do grande uso de incentivos monetários para guiar o comportamento individual.

Bowles crítica a visão de muitos economistas que acreditam que os efeitos dos incentivos e motivações intrínsecas (morais) estejam dissociados, ou seja, que os efeitos das variações em uma não depende do nível da outra. Quando duas coisas são dissociadas, não terão também sinergia.

Assumir que são separáveis implica ignorar duas importantes possibilidades: primeiro, o uso de incentivos que apelem para interesses egoístas podem diminuir as motivações morais. Segundo, pode haver condições sob as quais preocupações éticas possam florescer em conjunto e promover sinergicamente resultados sociais. Nas palavras do autor:

The implicit assumption of separability has led economists to ignore two important possibilities: first, the use of incentives to harness self-interest to the public good might attenuate civic virtue or its motivational salience, and second, there might be conditions under which ethical and other-regarding concerns can jointly flourish and synergistically promote societal outcomes. (BOWLES, 2016, p.25)

Os economistas clássicos estavam certos ao pensar que a ética e outras motivações intrínsecas poderiam ser insuficientes para a boa governança, pois em uma economia há muitas interações entre estranhos. As leis, portanto, têm a função de restringir e prover incentivos para controlar os interesses individuais para o bem público e ao mesmo tempo manter os bons costumes dos quais a lei depende. Leis boas e bons costumes não são substitutos, mas complementares. Maquiavel torna isso mais claro, especialmente, em *The Discourses on Livy*. Não é apenas a capacidade do governante em ordenar as leis que importa, mas a moral dos governados também importa. Outros filósofos políticos como Tomás de Aquino, Jean Jacques Rousseau e Edmund Burke reconheceram que o cultivo da virtude cívica é não somente um indicador de um bom governo, mas também um fundamento essencial.

Motivações morais são sempre essenciais para a boa governança da sociedade. Políticas que ignoram esse fato, e que são indiferentes às preferências que motivam as ações das pessoas, podem ter sua eficiência comprometida.

O autor segue explicando que para o formulador de políticas públicas é importante compreender como fazer os cidadãos contribuírem para o bem-estar coletivo, tal entendimento pode ser representado como um Jogo do Bem Público. Um indivíduo pode optar por arcar com um custo para agir, como descartar o lixo de maneira ecologicamente correta, o que favorece algum bem público. O melhor resultado possível é que todos contribuam com o bem-estar coletivo, o que maximizaria o *payoff* coletivo, no entanto, o que maximizaria o *payoff* individual seria não contribuir. Não contribuir é a estratégia dominante, tal como no Dilema do Prisioneiro. Contribuir é uma forma de altruísmo, que implica ajudar os outros, porém com um custo pessoal.

Outras questões que frequentemente tomam forma quando o assunto é o bem-estar coletivo são: o pagamento voluntário de taxas; limitação à pegada de carbono; sustentação das normas sociais; produção de novos conhecimentos no domínio público; entre outros.

Os cidadãos podem ser encorajados a contribuir com o bem público por meio de um subsídio ou outro incentivo econômico. No modelo econômico padrão, a história acaba aqui, o subsídio reduz o custo de contribuir para o bem social, e como resultado, mais cidadãos vão contribuir ou eles irão contribuir mais.

No entanto, as pessoas têm preferências sociais também, e isso pode motivá-las para os benefícios dos outros, mesmo que em detrimento do seu próprio bem-estar. A força dessas preferências é relativa, e de acordo com o autor, vai depender da situação em que a decisão será tomada. Comprar e votar, por exemplo, são situações diferentes. Para a maioria das pessoas, ao se fazer compras não é um debilidade ética ser egoísta, já ao votar, ser egoísta não é bem visto. No caso do bem público, os motivos mais relevantes dependerão de como a contribuição é estruturada, incluindo se um incentivo é fornecido àqueles que contribuem. O incentivo é parte dessa situação.

Portanto, o desafio que o legislador enfrenta é descobrir como o incentivo pode afetar as preferências sociais do indivíduo, pois a presença de incentivos resulta em um nível de experiência com os valores diferente do que sem incentivos. “When this occurs, social preferences and incentives are not separable, and experienced values may be influenced (positively or negatively) by the use of incentives” (BOWLES, 2016, p. 48).

O efeito total da introdução de um incentivo é a soma direta do efeito do subsídio (que precisa ser positivo) mais o efeito indireto do incentivo sobre os valores (o que pode ter sinal positivo e negativo) e o efeito de valores na ação (que se assume positivo). Há separação quando não há efeitos indiretos, tanto porque as preferências sociais estão ausentes ou porque incentivos não afetam os valores. Quando o efeito indireto é negativo, que significa que o efeito total fica aquém do efeito direto, então os incentivos e as preferências sociais são substitutos (ou são “subaditivos” ou dizem que exibem “sinergia negativa” ou “*crowding out*”) (BOWLES, 2016).

Gneezy e Rustichini (2000) realizaram um estudo de campo em um grupo de creches em Israel. Eles objetivaram verificar se a introdução uma multa, *ceteris paribus*, reduziria um comportamento inapropriado, no caso, o atraso para buscar os filhos.

Os pais costumavam chegar tarde para pegar os filhos, o que forçava o professor a ficar depois da hora de fechar. A introdução de uma multa monetária trouxe um resultado indesejado, o número de pais atrasados aumentou significativamente e depois de removida a multa, não houve redução. A introdução da multa, portanto, expulsou a motivação moral para pegar os filhos na hora certa, já que se tornou aceitável o atraso, desde que se pague por isso.

Bowles (2016) o conceito de “strong *crowding out*” da seguinte maneira: “Where the indirect effect is negative and large enough to offset the direct effect of the incentive, we have the attention-riveting cases in which incentives backfire, that is, they have the opposite of the intended effect.”(BOWLES, 2016, p.51)

Já quando o efeito indireto é positivo, então nós temos *crowding in* que é a sinergia entre os dois efeitos: então incentivos e preferências sociais são complementares e não substitutos, e são, às vezes, superaditivas.

Como detectar o fenômeno *crowding* nos experimentos? Se o incentivo reduz, ao invés de aumentar, as contribuições para o bem público, então certamente estamos na presença de *crowding out* forte.

A simples observação que um incentivo tem um efeito positivo não é evidência que o *crowding out* está ausente. Onde o *crowding out* está presente, mas não é forte, o efeito do incentivo estará na direção pretendida, mas não tão grande quanto teria sido se as preferências sociais e os incentivos fossem simplesmente aditivos. Nesse caso hipotético de separabilidade, o efeito do incentivo seria exatamente o que uma pessoa inteiramente amoral e egoísta faria.

Crowding out pode ser classificado em marginal e categórico:

When the presence of the incentive (rather than its extent) is what affects the person’s experienced values, we call this “categorical *crowding out*” .When the extent of the incentive matters, we say that “marginal *crowding out*” has occurred. We will see that *crowding in* may also occur-that is, when an incentive enhances the experienced values of the individual-and this too may be either categorical or marginal. (BOWLES, 2016, p.57).

Ou seja, a diferença entre *crowding out* categórico e marginal é que no *crowding out* categórico a simples presença do incentivo, independentemente de sua extensão já afeta os valores. Já no marginal a extensão importa. Para Bowles (2016), o *crowding in* também pode ser categórico ou marginal.

3.6 Economia comportamental da educação

3.6.1 Barreiras ao Tratar a Educação como Investimento

De acordo com Lavecchia et al (2015), uma criança de seis anos não vai à escola porque quer uma vida melhor. Ela foi persuadida que a escola é divertida, ou que não têm melhor opção. Isso porque o cérebro dela não é bem desenvolvido.

Enquanto áreas do cérebro como motor e sensorial se desenvolvem precocemente, áreas como o córtex pré-frontal que está ligado às funções executivas, como planejamento, memória de trabalho e autocontrole demoram mais para se desenvolver.

Sem tal desenvolvimento, uma criança de seis anos não está condicionada a pensar nas consequências de longo prazo de suas ações. Com o tempo e com a experiência, um notável processo de circuitos neurais (expansão e poda) ocorre. O córtex (camadas externas que nos distinguem, principalmente, do cérebro de primatas) engrossa à medida que as conexões neurais se proliferam.

Então, conexões raramente usadas são seletivamente aparadas, melhorando a eficiência, enquanto outras são agrupadas, melhorando a especialização. A condutividade da célula nervosa também melhora, permitindo que as informações passem mais rapidamente de uma parte do cérebro para outra, ou seja, o cérebro se torna mais interligado.

Impulsos, sentimentos e distrações passam a ser mais controlados, pois há mais facilidade em imaginar o futuro antes de agir. Até recentemente, muitos neurocientistas acreditavam que esse processo de maturação ocorria em grande parte antes da puberdade. No entanto, estudos de neuroimagem demonstraram o contrário que a maturação leva mais de vinte anos, sendo uma das últimas áreas a se desenvolver plenamente.

As preferências, portanto, mudam com a idade e as crianças passam a maior parte de seus anos de escola sem interesse no futuro.

Os adolescentes são particularmente mais suscetíveis a superenfatizar o presente devido a seu sistema límbico mais desenvolvido, uma área do meio do cérebro que registra desejos de recompensas e prazeres imediatos. O sistema límbico é altamente sensível a novas recompensas sociais, reage também de forma mais independente de outros sistemas quando em estados de alta excitação emocional ou conflito.

Enquanto sistemas cerebrais associados a habilidades de pensamento crítico de ordem superior também passam por uma rápida expansão da infância, eles permanecem não refinados e menos integrados até a idade adulta. Neurocientistas sugerem que o rápido desenvolvimento do sistema límbico em relação aos sistemas de funções executivas contribui para o aumento observado nos prazeres e no comportamento de risco.

Nossa tendência a enfatizar excessivamente o presente ao tomar decisões envolvendo desejos imediatos contra benefícios a longo prazo é minimizada com a idade, mas não vai embora (desconto hiperbólico). (LEVECCHIA ET AL, 2015)

De acordo com Levitt et al (2016) as pesquisas da economia comportamental estabeleceram importância a fatores como preferências *reference-dependent* (dependência das preferências relativamente a uma referência), desconto hiperbólico e o valor atribuído às recompensas não financeiras, porém, infelizmente os *insights* da economia comportamental tiveram pouco impacto na maneira como o sistema educacional opera.

Os autores realizaram uma série de experimentos de campo envolvendo milhares de alunos de ensino fundamental e médio, nos Estados Unidos e demonstraram o poder da economia comportamental para influenciar o desempenho educacional.

Vários *insights* emergiram. Primeiro, foram encontrados efeitos substanciais de incentivos financeiros e não financeiros nos resultados dos testes.

Em segundo lugar, descobriu-se que os incentivos não financeiros são consideravelmente mais efetivos do que os incentivos financeiros para os estudantes mais jovens, porém com os estudantes mais velhos nem tanto.

Terceiro, todo o poder motivador dos incentivos desaparece quando as recompensas são concedidas com um atraso, o que é consistente com o desconto hiperbólico. Como as recompensas ao investimento educacional quase sempre chegam com algum atraso, os resultados sugerem que o atual conjunto de incentivos pode levar ao subinvestimento.

Como as funções cerebrais executivas, que ajudam a concentrar-se no futuro e controlam impulsos não amadurecem plenamente até os 30 anos de idade, então as crianças e adolescentes são mais suscetíveis que adultos a “barreiras comportamentais” que podem levá-los a perder oportunidades educacionais. Os autores caracterizam essas barreiras ao tratar educação como investimento em quatro categorias:

- 1) Alguns alunos focam muito no presente:

Avaliar como se sente neste instante é muito mais fácil do que avaliar como se espera sentir daqui a 10 anos. Isso significa que os custos imediatos associados a

investimentos que geram *payoffs* futuros são relativamente fáceis de avaliar. Por outro lado, sentimentos futuros parecem vagos e incertos.

A literatura mostra que as pessoas gastam pouco tempo decidindo quando poupar para a aposentadoria, apesar da complexidade e importância desta decisão. A maioria deles diz que planeja começar em breve, mas falham em seguir com esses planos.

Por exemplo, Bettinger e Slonim (2007) citado por Lavecchia et al (2015) fizeram um experimento no qual descobriram que mais de 43% das crianças em sua amostra fizeram escolhas alinhadas com o desconto hiperbólico quando solicitadas para escolher entre um vale-presente de US\$ 10 para ser distribuído imediatamente após o experimento ou uma quantia maior (até US\$) em 2 meses, essas crianças escolheram a recompensa imediata.

Os autores também descobriram que mais de 25% das crianças escolhem opções inconsistentes com qualquer tipo de comportamento racional, mas que essas escolhas irracionais eram menos prováveis de ocorrer entre crianças mais velhas.

O comportamento tendencioso para o presente tem implicações importantes para a educação. Fazer a lição de casa, estudar para exames, pesquisar faculdades ou oportunidades potenciais envolve custos iniciais significativos. Ao mesmo tempo, tentações para procrastinar abundam: jogos, televisão, amigos, entre outros. Tais tentações são muito mais atraentes do que uma hora extra de estudo.

Em muitos casos, os benefícios potenciais dessas ações podem parecer incertos e distantes. Ao decidir se ficará em casa para completar tarefa de casa ou se vai aproveitar o tempo com os amigos, o estudante pode valorizar excessivamente os custos de estudar em relação ao potencial benefício futuro oriundos do estudo.

Mais educação pode melhorar a função executiva, ajudando a minimizar decisões subsequente sub-ótimas. Becker e Mulligan (1997) citados por Lavecchia et al (2015) sugerem que autocontrole, paciência e foco são habilidades que podem ser aperfeiçoadas. A educação pode ajudar os alunos a se concentrar menos no presente e assim diminuindo a desutilidade atual de ações dispendiosas como estudar ou concluir atribuições.

Se a aprendizagem é cumulativa, ações hoje que aumentem a compreensão do material do curso ajudam a melhorar outras habilidades essenciais como leitura, escrita e numeração que facilitarão no futuro a compreensão de material futuro. Ou seja, a escolaridade adicional pode tornar os investimentos educacionais futuros menos onerosos. Com a aquisição de habilidades relevantes, tarefas que anteriormente eram custosas podem se tornar uma atividade automática .

2) Alguns confiam demais na rotina:

De acordo com os Lavecchia et al (2015), confiar demais no pensamento rotineiro e automático também pode levar a resultados abaixo do ideal. A predisposição para tomar decisões automaticamente, baseando-se em conhecimento familiar, faz com que novas informações sejam descartadas, enquanto decisões e rotinas familiares se tornam padrão.

Muitas vezes confiar na rotina torna mais fácil passar por tarefas diárias sem muito esforço. Para a maioria das crianças, comparecer à aula nos de semana torna-se algo rotineiro, os alunos não precisam decidir cada dia se devem ir.

Problemas surgem, no entanto, quando as rotinas precisam ser interrompidas para aproveitar as oportunidades de bem-estar. No final do ensino médio, por exemplo, os alunos que seguem sua rotina atual geralmente se encontram fora da escola (e fora do trabalho).

A transição para a faculdade exige que você primeiro se desvie da rotina diária para se preparar e também requer mudanças de rotina, como um novo trajeto, agenda de estudos, horário de trabalho e agenda social. Para abordar cada uma dessas tarefas, os alunos devem resistir às tendências automáticas.

Para os autores, os alunos (ou seus pais) podem tomar decisões usando apenas informações ou opções prontamente disponíveis, mesmo que outras informações pareçam relativamente fáceis de acessar. Isso tem implicações significativas para muitas situações na educação, especialmente, na transição para a faculdade.

Isso ocorre apesar do fato de que informações sobre várias escolas, programas e custos estão disponíveis gratuitamente *online*. O envio de informações diretamente aos estudantes na forma de um pacote de informações parece aumentar significativamente as taxas de matrícula e inscrições em oportunidades educacionais. Informações sobre as opções da faculdade e subsídios podem ser menos acessíveis a estudantes de famílias de baixa renda.

Portanto, os formuladores de políticas públicas devem se preocupar em expor informações e torná-las facilmente disponíveis para os estudantes.

3) Alguns estudantes focam demais em identidades negativas :

Ainda de acordo com os autores, as preocupações com a identidade predominam no pensamento e no comportamento do adolescente. Perguntas como “que tipo de pessoa sou eu?” e “o que outros como eu estão fazendo?” servem como pontos de referência para decidir como agir. “These extremely salient concerns about identity may have significant implications for how students trade-off between immediate costs and long-term benefits from education” (Lavecchia et al, 2015, p.13). Os estudantes se

importam com a extensão em que seu comportamento se desvia do grupo social, por exemplo, com base em gênero, raça ou ser atlético ou estudioso.

Nesse contexto, os investimentos em educação, como o esforço na escola, dependem não apenas de benefícios individuais, como pontuações e notas, mas também de benefícios sociais, como se um determinado nível de esforço seja consistente com o comportamento de um grupo social. Se os amigos de uma pessoa se preocupam em tentar se divertir enquanto evitam o assunto do planejamento para o futuro, essa pessoa se sentirá pressionada a fazer mesmo para se adaptar.

Uma vez que as interações sociais ocorrem diariamente dentro e fora da escola desde o jardim de infância, elas são frequentemente uma prioridade para muitos estudantes.

Imaginar-se com uma carreira ou família no futuro pode ser difícil enquanto ainda está na escola. Os estudantes também podem renunciar a oportunidades de educação que valham a pena, como ir a uma faculdade mais seletiva fora do estado, porque temem perder o contato com seus amigos.

As pessoas detêm múltiplas identidades com base em seu gênero, raça e outras características. As identidades podem estar relacionadas a grupos sociais, mas também podem se relacionar a atitudes, como ser "resiliente", "capaz". "incapaz" ou "indigno".

As atitudes também podem ser preparadas, por exemplo, lendo passagens motivacionais ou assistindo a filmes. Preparar os alunos para se concentrarem em identidades positivas relacionadas à aprendizagem e à curiosidade intelectual pode ser uma abordagem para tentar melhorar os resultados da educação.

4) Erros são mais prováveis com muitas opções ou com pouca informação:

De acordo com Lavecchia et al. (2015), um crescente corpo de evidências sugere que muitas crianças e pais não estão totalmente informados sobre os custos, benefícios e opções de educação. Isso se aplica especialmente àqueles de baixa renda. Indivíduos de baixa renda superestimam os custos com ensino. A falta de informação ou desconhecimento pode levar a resultados abaixo do ideal.

Embora haja mais informações ajude os indivíduos a tomar decisões melhores, mais opções, não. "Individuals have limited cognitive capacity and attention, and evaluating an abundance of choices requires cognitive effort, which may be especially costly if one's mental bandwidth is already burdened by other concerns." (LAVECCHIA ET AL, 2015, p.15)

Sobrecarregados por grande número de opções, os indivíduos podem confiar na heurística, como escolhendo a opção mais simples ou mais familiar ou adiando indefinidamente suas decisões.

3.6.2 Intervenções

Lavecchia et al (2015) distinguiram as intervenções com base na probabilidade de ajudar com pelo menos uma dessas barreiras da seguinte maneira:

1. Intervenções que visam compensar custos imediatos com benefícios imediatos.

Intervenções de acompanhamento também podem ser necessárias para sustentar mudanças comportamentais ou reforçar hábitos. Um exercício aparentemente trivial, “interromper” indivíduos à beira de uma decisão envolvendo *trade-offs* de curto e longo prazo e encorajá-los a pensar mais cuidadosamente pode efetivamente impedi-los de superenfaturar o presente. Solicitar que os alunos escrevam ou pensem regularmente sobre o futuro deles pode ajudá-los a refletir. Os estudantes também podem vir a internalizar o comportamento incentivado se a própria autoconfiança ou auto-identidade deles melhorar.

Os pais geralmente adotam a estratégia de oferecer pequenas recompensas (como televisão ou sobremesa) para um comportamento adequado como fazer lição de casa ou comer verduras. No entanto, alguns cientistas sociais aconselham cautela no uso de incentivos externos para motivar o comportamento, já que incentivos intrínsecos também podem ser utilizados como os desejos de auto-aperfeiçoamento, diversão e desafio.

Uma preocupação é que, ao oferecer incentivos externos, o aluno se torne dependente deles para realizar as tarefas ou que o incentivo em si se torne menos atraente com o tempo.

2. Intervenções que ajudam a reduzir a inércia e mudar a rotina.

Apoiar-se na rotina geralmente torna nossa vida mais fácil, reduzindo os custos cognitivos da tomada de decisões, mas às vezes isso pode nos levar a um erro quando ignoramos outras oportunidades disponíveis. Políticas e programas criados para alterar rotinas ou incentivar alunos e pais, tais como mensagens de texto, lembretes por e-mail, correspondências, assistência pessoal, *coaching* e vídeos.

3. Intervenções que simplificam as opções e combatem o paradoxo da escolha

Ajudar estudantes e pais a lidar com situações com uma abundância de informações ou escolhas também pode levar a melhores resultados. Frequentemente, simplificar como as informações são transmitidas pode ajudar os alunos e suas famílias

a se concentrarem nos critérios mais importantes. Isso pode ser especialmente útil no domínio da escolha da escola. Mesmo nos níveis de ensino fundamental e médio, avaliar e selecionar uma escola requer a comparação de centenas de opções com base em vários critérios (ou seja, desempenho do *score* do teste e características não acadêmicas da escola). Confrontados com a navegação de informações complexas sobre inúmeras opções, os pais podem simplesmente escolher o caminho de menor resistência, como matricular seus filhos na escola mais próxima. Simplificar a informação afeta as escolhas que os pais fazem.

4. Intervenções que fortalecem uma identidade positiva

A necessidade de interação social e a necessidade de sentir-se apreciado são influências poderosas sobre o comportamento, essas influências podem ter consequências negativas. Uma abordagem para atenuar as influências sociais negativas é ajudar os alunos a se concentrarem em identidades mais positivas. Os sociólogos demonstraram repetidamente que os indivíduos se comportam de maneira diferente quando estimulados ou “preparados” para pensarem em si mesmos como associados a um grupo positivo.

4. Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens no Brasil: uma análise à luz da Economia Comportamental.

4.1 O que as escolas públicas de excelência têm a ensinar

Em 2012, a Fundação Lemann, em parceria com o Itaú BBA, lançou um estudo intitulado Excelência com Equidade. Em dezembro desse ano, foi lançado o estudo qualitativo do trabalho, enquanto, em setembro de 2014, foi lançado o estudo quantitativo. O objetivo dos estudos é mostrar as características comuns e as lições de escolas públicas brasileiras que, mesmo em condições adversas, conseguem garantir o aprendizado dos alunos.

Foram encontradas pelo estudo 215 escolas públicas que atendem alunos de baixo nível socioeconômico e que conseguiram garantir o aprendizado de seus alunos. Tais escolas passaram pelos seguintes critérios:

- Na média, alunos de baixo nível socioeconômico. A partir deste critério, as escolas foram divididas em sete categorias, e apenas as que estavam nas categorias: muito baixo, médio baixo e médio foram consideradas.
- Pelo menos 70% dos alunos com nível adequado em matemática e em língua portuguesa.
- Máximo de 5% dos alunos no nível insuficiente em matemática e em língua portuguesa.
- Taxa de participação de pelo menos 70% nas avaliações de matemática e língua portuguesa, no 5º ano.
- Taxa de participação de pelo menos 70% nas avaliações de matemática e língua portuguesa, no 5º ano.
- Evolução no Ideb de 2007 para 2009 e de 2009 para 2011.
- Um Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb) mínimo, em 2011, de 6,0.

Das 215 escolas, seis foram escolhidas para visitas e uma análise detalhada das práticas e estratégias utilizadas na garantia de um aprendizado de qualidade para os alunos de baixo nível socioeconômico. As escolas visitadas na pesquisa foram: Escola CAIC Raimundo Pimentel Gomes (Sobral- CE); Glauber Rocha (Rio de Janeiro-RJ); Escola Maria Alves de Mesquita (Pedra Branca- CE); Escola Municipal João Batista Filho (Acreúna- GO); Escola Municipal Professora Suzana Moraes Balen (Foz do Iguaçu -PR) e Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva (Palmas- TO).

Segundo conclusões do estudo, existem boas práticas presentes em todas as escolas que alcançaram excelência com equidade, tais práticas podem ser resumidas como:

- Definir claramente as metas que deseja alcançar.
- Acompanhar de perto, e continuamente o aprendizado dos alunos.
- Usar dados sobre o aprendizado para embasar ações pedagógicas.
- Fazer da escola um lugar agradável e, portanto, propício ao aprendizado.

Ainda de acordo com o estudo as estratégias chave que garantiram o sucesso na implementação de mudanças foram:

- Criar um fluxo aberto e transparente de comunicação.
- Respeitar a experiência do professor e apoiá-lo em seu trabalho.
- Enfrentar resistências com o apoio de grupos comprometidos.
- Ganhar o apoio de atores de fora da escola.

Para os pesquisadores que realizaram o estudo, um dos componentes mais relevantes para o sucesso destas escolas foi o cuidado com a implementação, pois é tão importante quanto às práticas que a escola escolhe implementar.

Ao definir claramente as metas que desejavam alcançar a escola utilizou-se do *nudge* “compromisso prévio” que consiste em as pessoas se comprometerem a ter um determinado comportamento por conta de um objetivo. Existe uma motivação maior, o que reduz a procrastinação (SUSTEIN, 2014).

Além disso, apareceu como destaque, por exemplo, a atenção dada pelas escolas à forma de comunicar mudanças para as equipes escolas e demais pessoas chave no processo educacional, buscando sempre um fluxo aberto e transparente de informações. Pelas entrevistas realizadas, isso parece ser ainda mais decisivo quando se trata de uma rede escolar. Para que novas políticas façam sentido para os profissionais que irão implementá-las, elas precisam ainda respeitar o conhecimento desses profissionais.

Um fator também de grande relevância e que fez muita diferença para o sucesso destas escolas foi saber enfrentar resistências ao longo do processo de mudanças. Para os pesquisadores, formar um grupo comprometido com as iniciativas e implementação das mesmas mostrou-se essencial para fazer nascer uma cultura em que todos estão motivados e focados na reforma, o importante é haver pessoas que motivem e puxem em suas escolas um processo de mudança.

No tocante às redes escolares, o comprometimento do prefeito também se mostrou essencial para o sucesso.

As escolas deste estudo implementaram práticas que geraram e bons resultados, porque, o trabalho passou a ser orientado por objetivos com foco no aprendizado do aluno, em um modelo no qual o cumprimento de metas traz um reconhecimento, prestígio e valorização para os profissionais da escola.

Tal reconhecimento fortalece identidade positiva do profissional, conforme Lavecchia et al (2015), a necessidade de sentir-se apreciado é uma influência poderosa sobre o comportamento, o que se refletirá na qualidade do serviço do profissional.

O acompanhamento sistemático e contínuo, não deixando nenhum aluno ficar de lado, é outra prática presente em todas as escolas analisadas. Isso pressupõe uma avaliação constante, que indique como está o nível de aprendizado dos alunos e também que aponte quais são as deficiências dadas as expectativas de aprendizagem atribuídas pela escola.

Acompanhar constantemente o aprendizado dos alunos pode ser considerado uma intervenção comportamental. Conforme Lavecchia et al (2015), intervenções de acompanhamento podem ser necessárias para sustentar mudanças comportamentais ou reforçar hábitos.

Também se verificou que, a partir das metas e do acompanhamento contínuo, essas escolas puderam embasar suas ações pedagógicas em dados e informações

sobre o aprendizado. Estratégias para garantir a frequência e o aprendizado dos alunos foram definidas. O reforço escolar e as formações continuadas passaram a atender necessidades específicas, o que foi essencial para que a equidade pudesse ser promovida.

Por fim, foi essencial para estas escolas investir no clima escolar. É muito difícil os alunos aprenderem o esperado pela Prova Brasil e os professores conseguirem tirar o melhor de seus alunos se eles não se sentem bem na escola. E, além de fazer alunos e profissionais se sentirem bem, estas escolas souberam lidar com todo o contexto familiar do aluno e do próprio entorno da escola. Reforçando a identidade positiva de fazer parte de um grupo positivo (LAVECCHIA ET AL, 2015).

Outra constatação interessante do estudo é que dá para alcançar indicadores de aprendizado muito bons, mesmo sem acertar em tudo. As escolas que visitadas garantiram o aprendizado de seus alunos ainda que não tenham conseguido ser exemplar em todos os aspectos. Há, por exemplo, desafios claros nas salas de aula dessas escolas em relação ao uso eficiente do tempo e à individualização do ensino.

Uma coisa que chama atenção é que em muitos dos municípios que contam com boas escolas nos anos iniciais do Ensino Fundamental não existem escolas que ofereçam a mesma qualidade nos anos finais, muitas vezes por não haver parceria entre a rede municipal e a rede estadual. Em outros casos, o problema é a descontinuidade de ações importantes quando uma nova gestão assume (ou até mesmo a não sinalização

da manutenção das políticas durante a transição – o que gera uma incerteza prejudicial entre os profissionais da rede).

Interessante que ações realizadas pelas escolas não foram estimuladas por meio de incentivos materiais, mas por motivações morais intrínsecas. Um trabalho sistematizado, planejado, com metas bem definidas e colaboração dos envolvidos promoveu sinergicamente resultados sociais (Bowles, 2016).

A valorização da carreira dos profissionais da educação por meio de incentivos salariais é muito importante, mas não foi decisivo para as escolas de excelência.

Vivemos em dois mundos: um caracterizado pelas transações sociais e o outro caracterizado pelas transações de mercados, e aplicamos normas distintas a esses dois tipos de relacionamentos. O dinheiro é quase sempre a maneira mais cara de motivar. As normas sociais, além de mais baratas, também costumam ser as mais eficazes (Ariely, 2010).

Lembrar que as normas sociais podem ter papel muito maior na sociedade do que lhes damos crédito. Se analisarmos como as normas de mercado vêm, aos poucos, tomando posse de nossa vida nas últimas décadas – com a ênfase nos salários mais altos, mais receita e mais gastos, talvez venhamos a reconhecer que um retorno a algumas das velhas normas sociais pode não ser tão ruim.

4.2 Programas no Brasil segundo tipologia de intervenções educacionais

No Brasil há diversos programas, políticas e ações que buscam reduzir os índices de evasão e abandono escolar. No quadro abaixo, elas foram agrupadas de acordo com as tipologias de intervenção propostas por Lavecchia et al (2015). Abaixo da tabela uma breve descrição de cada programa. Retirados de Insper (2017)

Tabela 1 - Tipologia de intervenções e políticas e programas no Brasil

Tipologia de intervenções (Economia Comportamental)	Políticas, programas e ações	
	Nacional	Estadual
Que visam compensar custos imediatos com benefícios imediatos.		<ul style="list-style-type: none"> ● Estudar vale a pena ● Jovem cidadão
Que ajudam a reduzir a inércia e mudar a rotina.	<ul style="list-style-type: none"> ● O Programa mais educação ● Jovem de futuro ● Projeto coordenadores de país 	<ul style="list-style-type: none"> ● Programa escola viva ● Campanha permanente de mobilização para a redução do abandono escolar ● Projeto professor da família ● País, presentes, alunos eficientes.
Que simplificam as opções e combatem o paradoxo da escolha	_____	_____
Que fortalecem uma identidade positiva	<ul style="list-style-type: none"> ● Agente jovem 	<ul style="list-style-type: none"> ● Escola da escolha ● Eu curto a universidade

➤ **Intervenções que visam compensar custos imediatos com benefícios imediatos:**

Estudar Vale a Pena: É uma ação desenvolvida pelo Instituto Unibanco e executada em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação, com o intuito de estimular os alunos Ensino Médio a refletir sobre os benefícios de concluir os estudos. Realizam-se dinâmicas, jogos e trocas de experiências em sala de aula, onde os voluntários estimulam a reflexão dos jovens sobre suas decisões e consequências, os caminhos para dar continuidade aos estudos e a influência da educação na renda e no mercado de trabalho.

Jovem Cidadão: O Programa, implantado em outubro de 2007, tem o objetivo do Jovem Cidadão de acompanhar alunos de ambos os sexos, de 12 a 20 anos, durante o contraturno escolar, oferecendo a eles atividades socioeducativas nas áreas do esporte, lazer, cursos profissionalizantes e noções de teatro, música, cinema, dança, artes visuais, educação ambiental. Além das atividades complementares, o projeto pretende atender e acompanhar 89.527 famílias dos 115.123 alunos da capital e do interior com o pagamento de bolsa incentivo no valor de R\$ 30 a R\$ 50 mensais para estudantes com frequência escolar de no mínimo 80% no ensino regular e nas modalidades.

➤ **Intervenções que ajudam a reduzir a inércia e mudar a rotina.**

Programa Mais Educação: criado em 2007 e regulamentado em 2010, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Programa Escola Viva: O Programa Escola Viva propõe uma escola de educação integral, com experiências educacionais amplas e profundas. Tem como objetivo formar jovens capazes de realizar sonhos, competentes no que fazem e solidários com o mundo em que vivem. Oferece uma estrutura diferenciada e do currículo inovador, com profissionais de dedicação integral e tempo que o aluno permanece na escola de 9 horas e 30 minutos.

Jovem de Futuro: é uma tecnologia desenvolvida pelo Instituto Unibanco e realizado em parcerias com as Secretarias Estaduais de Educação.

Campanha Permanente de Mobilização para a Redução do Abandono Escolar: Com o intuito de estimular os jovens e seus familiares a compreender a importância da permanência do estudante na escola, destaca-se como uma das medidas a realização de um festival cultural com a apresentação das sete escolas que mais se destacaram por criatividade e resultados no ano corrente. Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Estado do Amazonas .

Projeto Coordenadores de pais: É uma metodologia sistematizada pela Fundação Itaú Social e executada em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação. O projeto viabiliza um elo entre a escola, a família e a comunidade, desenvolvendo ações que propiciam e facilitam o envolvimento dos pais no cotidiano escolar, auxiliando-os a acompanhar e apoiar o aprendizado para o sucesso escolar dos seus filhos.

Projeto Professor da Família: O Projeto Professor da Família tem como ação central o acompanhamento dos alunos do Ensino Médio e de suas famílias, por meio de visitas domiciliares, encontros com os pais ou responsáveis e a realização de ações complementares, como: oficinas, encontros, palestras e visitas técnicas. O projeto é desenvolvido em municípios com até 30 mil habitantes e com IDEB abaixo da média nacional.

Pais presentes, alunos eficientes: O Programa procura incentivar a participação dos pais na vida escolar de seus filhos para sensibilizá-los na ajuda da redução dos índices de abandono escolar. Esse Programa conta ainda com a parceria de Conselhos Tutelares, do Juizado da Infância e Juventude Cível, Ministério Público do Estado do Amazonas, Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (Depca), Secretaria Municipal de Educação (Semed) e Secretaria Municipal da Mulher e Direitos Humanos (Semmasdh). Em 2016, foi implementado em 48 escolas realizando as seguintes atividades: mapeamentos e identificação dos motivos que levam os alunos à evasão escolar; visitas às residências de estudantes que forem identificados como infrequentes em suas escolas; encaminhamento dos casos identificados aos órgãos responsáveis, dentre outras ações.

➤ **Intervenções que fortalecem uma identidade positiva.**

Agente Jovem: É uma estratégia do Instituto Unibanco executada em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação para mobilização estudantil para diminuir a evasão escolar e estimular o protagonismo juvenil. O objetivo é incentivar os jovens a propor ações para a melhoria do ambiente escolar, agindo como corresponsáveis no processo.

Eu Curto a Universidade: Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens . Estimula-se a prática de estudo em grupo e o protagonismo estudantil, utilizando a metodologia Aprendizagem Cooperativa, que aborda uma forma de estudar e aprender que utiliza a interação estudante-estudante como estratégia para aprendizagem e desenvolvimento de competências interpessoais.

Projeto de Apoio à Expressão Juvenil – Se sabe de repente: Através de oficinas
Escolas de Referência em Ensino Médio: Em 2008, a educação integral se tornou política pública no estado de Pernambuco. O modelo fundamenta-se na concepção da educação interdimensional, como espaço privilegiado do exercício da cidadania e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo. A educação interdimensional compreende ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade. A proposta da Educação Interdimensional também foi associada a premissas do referencial teórico da Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão e Resultados (TEAR), que trata do planejamento estratégico aplicado às escolas Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens 143 que compõem o Programa de Educação Integral. Existem dois regimes de atendimento nas escolas de referências o integral de 45 horas aulas semanais e o semi-integral de 35 horas semanais. O Pernambuco conta com aproximadamente 125 escolas no primeiro modelo e 175 no segundo.

4.3 Outros *insights* comportamentais nas políticas públicas para educação no Brasil.

A decisão de evadir/abandonar os estudos pode ser justificada também pela correta percepção do jovem da baixa qualidade dos serviços oferecidos. Consequentemente, segue-se uma percepção de baixa efetividade e de pouco retorno, mesmo se o jovem invista seu tempo nestes serviços.

Os seguintes programas têm um intuito de melhorar a qualidade do ensino atraindo o jovem para as atividades escolares, são eles : Programa mais educação;

Projeto jovem de futuro; Programa Nacional Biblioteca da Escola; Programa Nacional do livro didático; Ministério público pela Educação; Escola tempo integral; Programa superação; Sistema de monitoramento da aprendizagem; Escola do amanhã; Programa escola viva; Semeando o futuro; Centro de Educação de tempo integral; Pacto pela educação do Pará; Mais escola; Programa aprender pra valer; Programa escola digna; Escolas de referência em ensino médio; Programa WebTV avança mais PE; Gestão nota 10 e Projeto cidade candanga.

A participação dos estudantes é sensível aos custos e benefícios percebidos da educação. Os custos da educação são imediatos e fáceis de observar. Como resultado, até mesmo pequenas mudanças nos custos podem ter grande relevância. Os custos não são apenas monetários, mas também incluem esforço e viagens tempo para a escola. Quando a escola está longe, reduzir o tempo de viagem pode ajudar a aumentar a participação. Isso pode ser particularmente importante para as meninas e em áreas onde a segurança é um problema. O custo do esforço de frequentar a escola é maior para uma criança doente e letárgica.

Um exemplo de programa que busca minimizar esses custos é Programa Caminhos da Escola busca garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

Outros programas que visam minimizar os custos de ir para a escola são aqueles que atendem o público de jovens com deficiências ou doenças graves (crônicas ou contagiosas). Foram encontrados, os seguintes programas com essas características: Programa BPC na Escola; Projeto olhar Brasil; Classe hospitalar e atendimento domiciliar; Escola bilíngue (LIBRAS) e Currículo em movimento da educação básica educação especial.

Alguns programas que buscam auxiliar os estudantes a focar mais no futuro, ou seja, reduzir a taxa de desconto hiperbólica. Programas que ajudam a prevenir a gravidez na adolescência e DST's são exemplos, assim como aqueles que apoiam adolescentes que vivenciam gravidez ou maternidade. Jovens grávidas podem passar por diversos constrangimentos ou limitações de tempo que as desincentivam a prosseguir com os estudos, por mais que essa seja sua vontade.

Programas que podem ser citados são: Projeto saúde e prevenção nas escolas do programa saúde nas escolas; Vale sonhar; Projeto de acolhimento aos filhos dos

estudantes do programa de educação de jovens e adultos e. Na adolescência não faça filhos, leia livros.

Projetos envolvendo acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte; lazer; direitos humanos; artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação; uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica são indispensáveis. Tais programas visam enriquecer culturalmente os alunos e trazem muitos benefícios, por exemplo, ajudar na construção de uma identidade cidadã positiva. Além disso, há um ganho substancial de informações e conhecimento que ajudarão os jovens a tomarem ações pensando no futuro.

5. Considerações finais

As altas taxas de evasão e abandono nas escolas do Brasil revelam que há muitos problemas que precisam ser resolvidos. Sabe-se que deficiências no ensino afetam as decisões individuais de educação nos moldes que conhecemos. Porém, ao longo desse trabalho, buscou-se entender os problemas de maneira mais específica, analisando a importância relativa dos elementos intrínsecos ao comportamento do estudante nos resultados alcançados por este e no seu processo de decisão de investimento em educação.

Pela ótica da racionalidade, a educação melhora os resultados e as recompensas monetárias ao longo da vida, porém uma proporção considerável de estudantes desiste da educação, justo em um ponto do tempo em que os retornos seriam expressivos.

Percebeu-se ao longo da escrita desse trabalho que grande parte das políticas educacionais no Brasil visa combater mazelas sociais oriundas de problemas socioeconômicos. Embora seja um eixo fundamental, principalmente, por causa da realidade brasileira, esse trabalho se concentrou, no entanto, em outro eixo de atuação. Relaciona-se muito mais com a percepção de custos e benefícios por parte dos alunos e suas famílias, algo mais micro, e que, em princípio, não requer grandes quantias de recursos.

Buscou-se identificar as contribuições da Economia Comportamental para a redução da evasão/ abandono no Brasil. Analisar a relação existente entre incentivos econômicos e preferências sociais, por meio de revisão bibliográfica. Investigar se as políticas públicas brasileiras têm levado em consideração as contribuições da economia comportamental. Analisar e discutir dados ligados à qualidade educacional, evasão escolar e abandono escolar. Investigar a relação entre incentivos e evasão escolar/ abandono escolar.

As principais potenciais contribuições encontradas neste trabalho foram:

- Pressuposto de homem:

A Economia Comportamental adota um pressuposto diferente de homem, um homem previsivelmente irracional (Ariely, 2010). A economia clássica sempre considerou o homem como um ser racional, que toma decisões de forma lógica, pura e simples. Os economistas comportamentais, no entanto, entendem o comportamento econômico sob o viés das emoções e da irracionalidade humana,

que sempre podem influenciar nas nossas decisões econômicas. Essa visão de homem ajuda a compreender melhor os estudantes, logo ajudando a formular políticas mais eficazes para eles.

- **Vieses:**

Quando falamos em escolha, tomada de decisões erradas, enviesadas ou tomadas de maneira automática, podem nos colocar em sérios apuros. Os estudantes precisam conhecer e ser alertados sobre os vieses que podem interferir na tomada de decisões. Assim como os formuladores de políticas públicas para elaborá-las melhor.

- **Desconto Hiperbólico:**

Os estudantes respondem de forma muito forte a custos e benefícios imediatos. Os alunos decidem de acordo com a situação e o ponto no tempo em que estão, a taxa de desconto não é constante e cai ao longo do tempo. Isto é, os agentes, ao escolherem entre consumir algo agora ou amanhã dão muito valor ao agora, no entanto, a mesma escolha feita entre daqui a 364 dias ou 365 dias pode resultar em indiferença. Portanto, tal viés é de se entender indispensável ao se pensar em políticas educacionais.

- ***Nudges:***

Um *nudge* bem aplicado pode ser o “empurrãozinho” que o aluno precisa para tomar decisões mais sábias e inteligentes. Thaler e Sustein (2009), mostram que sabendo como as pessoas pensam, é possível estabelecer uma arquitetura de escolha que facilita o reconhecimento das melhores opções. Os pesquisadores em educação e formuladores de política têm se debruçado de forma extensiva sobre o impacto de fatores externos sobre a educação, como qualidade do professor, currículo, origens sociais, fatores escolares, dentre outros. Agora se tem a oportunidade de aprender com os *nudges* que podem ajudar nossos estudantes a atingir resultados educacionais promissores.

- **Motivações intrínsecas e morais (*crowding out* e *crowding in*):**

Nem sempre incentivos materiais ou que apelem para egoísmo serão a melhor maneira de estimular os estudantes. Motivações intrínsecas podem ser expulsas por motivações egoístas.

- Intervenções para combater as barreiras para tratar a educação como investimento.

Proposto por Lavecchia et al (2015), tais intervenções foram feitas visando minimizar as barreiras para tratar a educação como investimento. Tais ações são, especialmente eficazes com adolescentes e jovens adultos.

A economia comportamental é um campo interdisciplinar que explora os efeitos de fatores psicológicos, sociais, cognitivos e emocionais sobre as decisões que tomamos. Quando aplicados no contexto de benefícios para a educação, os princípios da economia comportamental podem ajudar os indivíduos a fazerem melhores escolhas e adotar comportamentos que conduzam a melhores resultados para o futuro.

Conforme mostrado no capítulo anterior, há no Brasil algumas políticas que utilizam pressupostos comportamentais, ainda que de forma não consciente. Porém muito ainda pode ser feito, há muito espaço ainda para o uso da economia comportamental na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERNAZ, A; FERREIRA, F. H. G; FRANCO, C. **Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira**. Texto para discussão nº. 455. Departamento de Economia. PUC - Rio, 2002. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td455.pdf>. Acesso em 12 de jun de 2018.

ANDRADE, J. M; LAROS, J. A. **Fatores associados ao desempenho escolar: estudo multinível com dados do SAEB 2001**. Psicologia: teoria e pesquisa, Brasília: UNB, instituto de psicologia, v. 23, n. 1, p. 33-42, jan/mar. 2007. Acesso em: www.scielo.br/pdf/ptp/v.23n1/905v23n1.pdf. Acesso em: 08 de mai. 2018.

ARIELY, Dan. **Previsivelmente irracional: as forças ocultas que formam as nossas decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BARROS, R. P Et al. **Determinantes do desempenho educacional no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 1-42. 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4075. Acesso em: 07 de jun. 2018.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. Escritos de Educação. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOWLES, Samuel. **The moral economy: Why good incentives are no substitute for good citizens**. New Haven and London: Yale University Press, 2016.

BOWLES, S. GINTIS, H. **Cooperation**. 2018. Disponível em : <<http://tuvalu.santafe.edu/~bowles/Cooperation2007.pdf>>. Acesso em 20 de out de 2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Emenda constitucional n.º 59, 2009.

CHATER, Nick. **A revolução da ciência comportamental nas políticas públicas e em sua implantação**. In Ávila, F. e Bianchi, A. (Orgs.) (2015). Guia de Economia Comportamental e Experimental. São Paulo. EconomiaComportamental.org.

CHIRINÉA, A; BRANDÃO, C. **IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados**. 2015. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87 / 0104-4036-ensaio -23-87-461.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-461.pdf)>. Acesso em 20 de junho de 2018.

FEHR, E. FISCHBACHER, U. **The nature of human altruism**. 2003. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/nature02043>>. Acesso em : 13 de nov de 2018.

FILHO, R; ARAÚJO, R. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências**. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/download/24527/15729>>. Acesso em: 20 de jun de 2018.

FRANCO, C; et al. **Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intra-escolares”**. Ensaio: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, p.277 – 298, abr./jun.2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362007000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 1 de jun 2018.

FREITAS, Luiz. **10 razões que contrariam a “tragédia” anunciada**. 2016. Disponível em : <<https://avaliacaoeducacional.com/2016/09/09/ideb-10-razoes-que-contrariam-a-tragedia-anunciada/>>. Acesso em 20 de jun de 2018.

GABAIX, X. **Behavioral Inattention**. 2017. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w24096>>. Acesso em 20 de set de 2018.

GATTI, B. A., ET AL **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: MEC/UNESCO**. 2011. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a04.pdf>>. Acesso em : 20 de jun de 2018.

GNEEZY, U.; RUSTICHINI, A. **A fine is a price**. 2018. Disponível em : <<https://rady.ucsd.edu/faculty/directory/gneezy/pub/docs/fine.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2018

INEP. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206>. Acesso em: 20 de jun de 2018.

INSPER. **Políticas Públicas para Redução do Abandono e Evasão Escolar de Jovens no Brasil**. Disponível em: <https://gesta.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-a-redu%C3%A7%C3%A3o-do-abandono-e-evas%C3%A3o-escolar-de-jovens.pdf>. Acesso em: 01 de out de 2018.

JOHNSON, E. GOLDSTEIN, D. **Defaults and Donation Decisions**. 2003. Disponível em : <http://www.dangoldstein.com/papers/JohnsonGoldstein_Defaults_Transplantation2004.pdf>. Acesso em : 20 de out de 2018

JOHNSON, E. ET AL. **Beyond nudges: tools of choice architecture**. . 2012. Mark. Lett. 23:487–504

KAHNEMAN, D; TVERSKY, A. 1979. **Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk**. Econometrica, 47(2): 263–91.

LUDKE, Menga ; BOING, LUIZ. 2004. **Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. Educação & Sociedade (Brasil)** Num.89 Vol.25. 25. 10.1590/S0101-73302004000400005. Disponível em : <https://www.researchgate.net/publication/47868066_Caminhos_da_profissao_e_da_profissionalidade_docentes>. Acesso em 20 de jun de 2018.

LAVECCHIA, A.M., ET AL. **Behavioral Economics of Education: Progress and Possibilities**.2015. Disponível em : <<http://repec.iza.org/dp8853.pdf>> Acesso em : 20 de nov de 2018.

LEVITT, S. ET AL. **The Behavioralist Goes to School: Leveraging Behavioral Economics to Improve Educational Performance**, Disponível em : <<https://www.nber.org/papers/w18165>> . Acesso em : 19 de nov de 2018

MACHADO, L; SCORZAFAVE, L.**Distribuição de Salários de Professores e Outras Ocupações: Uma Análise para Graduados em Carreiras Tipicamente Ligadas à Docência**. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402016000200203>. Acesso em: 20 de jun de 2018.

MENEGUIN, Fernando; ÁVILA, Flávia. **A Economia Comportamental aplicada à políticas públicas**. Em Ávila, Motta e Bianchi, Ana Maria (Org.) Guia de Economia comportamental. São Paulo: Economia Comportamental.org, 2015. P .209-219

MENEZES, FILHO,N. **Os determinantes do desempenho escolar do Brasil**. São Paulo: Instituto Futuro Brasil/ IBMEC, 2007.

NÓVOA, A. **O passado e o presente dos professores**. In: Profissão professor (pp. 13-34). Porto: Porto Editora. 1995

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em . Acesso em :19 de out de 2018

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books .

QEDu. Disponível em : <<https://www.qedu.org.br/>> Acesso e 20 de jun de 2018.

RIANI, J. L. R.; RIOS-NETO, E. L. G. Background familiar versus perfil escolar do município: qual possui maior impacto no resultado educacional dos alunos brasileiros. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 25, n. 2, p. 251-269, 2008.

RUMBERGER, Russell W.; LIM, Sun Ah. **Why students drop out of school: a review of 25 years of research**. Santa Barbara: University of California, 2008. California dropout research project: Report 15.

SACRISTÁN, J.G E GÓMEZ, A. I. P. (2000). **Compreender e transformar o ensino**. (E. F. F. Rosa, trad., pp. 13-26). Porto Alegre: Artmed.

SAMSON. **A Economia Comportamental aplicada às políticas públicas**. Em Ávila, Motta e Bianchi, Ana Maria (Org.) Guia de Economia Comportamental. São Paulo: Economia Comportamental.org, 2015. P .25-58

SHANE, F.; LOEWENSTEIN, G. & O'DONOGHUE, T. **Time Discounting and Time Preference: A Critical Review**. *Journal of Economic Literature*, v. 40(2) p.351-401, 2002.

SHIRASU, M. R.; ARRAES, R. de A. **Determinantes Da Evasão E Repetência Escolar**. In: Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2016.

SOARES, T. M. et al. **Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais**. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 3, p. 757-772, 2015.

SOARES, J. F. **O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos**. REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación 2004, Vol. 2, No. 2. Disponível em: <http://www.ice.deusto.es/RINACE/reice/vol2n2/Soares.htm>. Acesso em: 07 de jun 2018.

STOICOV, CARLA. **Economia Comportamental nas Políticas Públicas**. Dissertação (Dissertação em Gestão e Políticas Públicas)- Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, p.28. 2014.

THALER, R. H. **Toward a Positive Theory of Consumer Choice**. *Journal of Economic Behaviour and Organization*, vol. 1, Issue 1, p. 39-60, March 1980.

_____. **Some Empirical Evidence on Dynamic Inconsistency**. *Economic Letters*, v. 8(3), p. 201-207, 1981.

THALER, R. H; BERNATZI, S. 2004. **Save more tomorrow: using behavioral economics to increase employee saving**. *Journal of Political Economy*, CXII: 164-187.

THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. **Nudge: Improving Decisions About Health, Wealth, and Happiness**. New York: Penguin Books, 2009.

TORRES, H. G.; FRANÇA, D.; TEIXEIRA, J.; CAMELO, R.; FUSARO, E. **O que pensa o jovem de baixa renda sobre a escola**. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2013. Disponível em: < <https://fvc.org.br/estudo>

